

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica

**ADOLESCÊNCIA E ENTRAVES NO PROCESSO DE
SEPARAÇÃO: A “HERANÇA” DO OUTRO**

Diana Borschiver Adesse

2015



ADOLESCÊNCIA E ENTRAVES NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO: A “HERANÇA” DO OUTRO

Diana Borschiver Adesse

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Rio de Janeiro

Fevereiro/2015

ADOLESCÊNCIA E ENTRAVES NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO: A “HERANÇA” DO OUTRO

Diana Borschiver Adesse

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

Profa. Dra. Marta Rezende Cardoso

Profa. Dra. Maria Isabel Fortes

Profa. Dra. Regina Herzog

Rio de Janeiro

Fevereiro/2015

Borschiver Adesse, Diana

Adolescência e entraves no processo de separação: a “herança”
do outro/

Diana Borschiver Adesse. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2015

81 f.; 29,7 cm

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/IP/Programa de Pós-graduação em
Teoria Psicanalítica, 2015.

Referências Bibliográficas: f. 81.

1. Adolescência. 2. Transmissão psíquica. 3. Separação. 4. Psicanálise. 5. Dissertação (Mestrado). I. Cardoso, Marta Rezende. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título.

Dedicatória

Ao meu filho, meu bebê, meu maior presente que,
ainda dentro da barriga, me acompanhou e ajudou
nestes últimos percursos da dissertação – e com quem
espero poder partilhar tudo o que sei.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Daniel, por me completar e me amar todos os dias, pela paciência e atenção nos momentos difíceis, pelo lindo caminho que traçamos juntos nos últimos dois anos e por me dar meu maior presente, nosso bebezinho Gabriel que está por vir.

Agradeço aos meus pais pelo investimento durante toda minha vida, por serem sempre os primeiros a me ajudar mesmo antes de eu pedir, por me amarem incondicionalmente e por me transmitirem tudo que sou.

Aos meus avós por serem os pilares da nossa família, fundamentais na minha vida e na minha motivação em transmitir de geração em geração esta e muitas outras histórias.

Ao meu irmão e minha sobrinha (que também ainda está por vir), pelo companheirismo e exemplo ao longo de toda minha vida, e por muitos momentos maravilhosos que ainda teremos juntos, agora com a nova geração.

Aos meus amigos da vida toda e aos meus companheiros de equipe, sempre dispostos a me ajudar e acrescentar com alguma palavra positiva.

À querida professora Marta Rezende Cardoso pela incansável dedicação ao meu trabalho, por me cobrar, mas me compreender ao mesmo tempo, pelas conversas dentro e fora do âmbito de trabalho, enfim, por todos os ensinamentos e trocas ao longo destes anos.

Ao Pedro Henrique Bernardes Rondon, pela rápida e cuidadosa revisão deste trabalho.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Ao programa de Mestrado em Teoria Psicanalítica da UFRJ por ter acolhido a minha pesquisa.

Resumo

ADOLESCÊNCIA E ENTRAVES NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO: A “HERANÇA” DO OUTRO

Diana Borschiver Adesse

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

A adolescência constitui situação fronteira entre a infância e a vida adulta onde está fortemente implicada a questão dos limites entre o eu e o outro. O objetivo central desta pesquisa é investigar os entraves no processo de separação do objeto, fundamental na adolescência. Mostramos que há estreita relação entre separação e transmissão psíquica geracional, questão explorada sob o ponto de vista metapsicológico e psicopatológico, através da hipótese de que a intrusão no psiquismo de marcas traumáticas advindas do outro, reativadas na adolescência, desempenha papel importante nos obstáculos que nela se apresentam.

A análise da noção de temporalidade psíquica permite sustentar que nas adolescências dominadas, no espaço psíquico, pela transmissão do negativo e impossibilidade de separação do que é herdado do outro, verdadeiro “congelamento” do tempo interno, a resposta subjetiva pode ser a de uma resistência à separação dos objetos primordiais, com paralisação da capacidade de se agir no mundo.

Palavras-chaves: Adolescência – Transmissão Psíquica – Separação – Psicanálise –
Dissertação (Mestrado).

Rio de Janeiro
Fevereiro/2015

Abstract

ADOLESCENCE AND HINDRANCES IN THE SEPARATION PROCESS: THE HERITAGE FROM THE OTHER

Diana Borschiver Adesse

Tutor: Marta Rezende Cardoso

Abstract of the Dissertation presented to the Post-graduation Programme of Psychoanalytic Theory, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, as a part of the requisite for obtaining the Master's Degree in Psychoanalytic Theory.

Adolescence is the border area between childhood and adulthood in which the issue of the boundaries between the self and the other is strongly implicated. The central objective of this research is to investigate the barriers in the process of object separation, fundamental in adolescence. We show that there is a close relationship between separation and generational psychic transmission, a question studied under the metapsychological and psychopathological points of view, through the hypothesis that the intrusion into the psyche of traumatic traces coming from the other, reactivated in adolescence, plays an important role in the hindrances that present themselves in it.

The analysis of the concept of psychic temporality supports the view that in the adolescences dominated in the psychic space by the transmission of the negative and by the impossibility of separation from what is inherited from the other – a true "freezing" of the internal time – the subjective response can be one of a resistance to the separation from primordial objects, with the paralysis of the ability to act in the world.

Keywords: Adolescence – Psychic transmission – Psychoanalysis –
Dissertation (Master's grade).

Rio de Janeiro
Fevereiro/2015

Sumário

Introdução	10
Capítulo I <u>A</u> dolescência e separação: uma problemática de fronteiras	14
I.1 – A questão das fronteiras na adolescência	15
I.2 – O papel do outro no processo de constituição psíquica	17
I.3 – Narcisismo e consolidação do processo identificatório na adolescência	20
I.4 – A violenta revivência do Édipo na adolescência.....	23
I.5 – O processo de separação como constitutivo da subjetividade humana.....	24
I.5.1 – Etapas da separação.....	25
I.5.2 – A construção da história do sujeito	26
I.6 – Um luto na presença do objeto: desinvestimento e “morte”	27
I.7 – Impasses no processo de separação: o objeto “que não pode ser perdido”.....	31
I.8 – Fracasso no trabalho do negativo: o objeto que não se deixa apagar.....	32
Capítulo II <u>T</u> ransmissão Psíquica Geracional	35
II.1 – O registro transgeracional na travessia da adolescência	35
II.2 – A questão da transmissão psíquica em Freud	40
II.3 – A transmissão do negativo	45
Capítulo III <u>I</u> mpossível separação e herança do outro: um “congelamento” do tempo?	55
III.1 – Transmissão psíquica e seus impasses na adolescência	55
III.2 – O poder do outro no interior do psiquismo.....	58
III.3 – Transmissão e repetição do mesmo	61
III.3.1 – Carolina: um pacto de resistência intergeracional ao luto.....	62
III.3.2 – Julien: uma impossível separação da herança do outro.....	66
III.4 – Tempo do “atual”: uma adolescência atravessada pela herança do outro	69
Considerações Finais	76
Referências	81

Introdução

Esta pesquisa surge a partir da constatação da predominância, na clínica da adolescência contemporânea, de patologias “graves” que implicam a convocação do corpo e do ato. Adicções, patologias alimentares, autoagressões, depressões graves e a inação são alguns exemplos dessas situações clínicas que nos levaram a indagar, como foco central de nossa reflexão, a importância do trabalho de separação, tão fundamental para o sujeito adolescente. Na base das adolescências marcadas pelo traumático e pela impossibilidade de separação, estariam presentes, em um plano intrapsíquico, elementos não elaborados advindos de gerações anteriores, entavando o processo de subjetivação que seria relativo a essa passagem da vida infantil à vida adulta. Pensar a interface do sujeito adolescente com a herança que recebe do psiquismo daquele que o antecede na cadeia geracional é o grande desafio deste trabalho.

A abordagem psicanalítica da adolescência já há muito nos interessa, especialmente desde o primeiro momento em que tivemos contato com a professora Marta Rezende Cardoso em uma disciplina do Curso de Graduação, quando ainda iniciávamos o nosso percurso. Pensar na revivência dos complexos infantis e na adolescência como uma etapa traumática por excelência, mas sempre tendo em vista a possibilidade de criação, de transformação nos sujeitos acometidos pelas mudanças pubertárias, era algo que muito nos interessava.

Desse modo, quando decidimos em 2010 fazer um intercâmbio de um período letivo na Universidade de Buenos Aires, procuramos imediatamente nos aprofundar na temática da adolescência no campo da psicanálise. Foi nossa feliz surpresa ter encontrado o grupo de pesquisa de Adrián Grassi e Néstor C. Córdova, com o apoio das professoras María Eugenia Otero e Mariana Soler. Descobrimos ali um novo universo: o estudo da transmissão psíquica entre gerações e sua importância na travessia da adolescência: a relação do sujeito adolescente com sua história, a adolescência como momento de reescritura da história herdada dos antepassados, e os casos em que isso não pode ser realizado em função da presença de elementos “negativos”, traumáticos para as gerações anteriores.

Apesar de sabermos das dificuldades que nos aguardavam no terreno da transmissão psíquica – é um tema consideravelmente recente na psicanálise e muito

questionado – não pudemos deixar de nos render ao seu fascínio. Quando ingressamos – no início de 2011 – na equipe da professora Marta Rezende Cardoso na Divisão de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, esse nosso percurso só foi reforçado pela experiência teórico-clínica que adquirimos, em especial no atendimento de adolescentes, onde percebíamos claramente a presença desses elementos que vêm do outro e não conseguem com facilidade uma via de elaboração psíquica.

A partir do entendimento de que a constituição subjetiva sempre se dá a partir daquilo que esse sujeito “recebe” do outro, encontramos também um ponto em comum do nosso estudo com a importante discussão dos estados-limites no campo da psicanálise: Quais são os limites entre o eu e o não eu? O que na formação do eu vem do outro e o que nele se constitui como próprio?

A adolescência se configura, portanto, como uma etapa traumática onde a questão das fronteiras e da relação com o outro são colocadas em xeque. Sem dúvida o traumático desestruturante da adolescência é resultado de uma série de determinações psíquicas, que não conseguiremos esgotar neste trabalho. Mas o que mais nos interessa aqui é o entendimento desse traumático – que ultrapassa a dimensão constitutiva, necessariamente presente na adolescência – pelo viés da alteridade, da relação com o outro, e com o “outro” desse outro (elementos enquistados, um estrangeiro radical no seu universo psíquico): qual o papel da transmissão psíquica nos impasses colocados no percurso da adolescência? O que ocorre quando o psiquismo do sujeito não consegue realizar o trabalho de separação daquilo que herda do outro que o antecede? Buscaremos mostrar a força e violência que pode ter a transmissão transgeracional de elementos não elaborados, como potencializadora de uma série de dificuldades na passagem pela adolescência.

No percurso do mestrado, procuramos mostrar que a impossibilidade de separação das figuras parentais, num plano intersubjetivo, está estreitamente articulada à impossibilidade de separação dos elementos que o ego herda do outro, no plano intrapsíquico. Esta problemática da separação toma tamanha força em certas adolescências, levando o sujeito a uma suspensão do tempo, permanecendo o ego aprisionado no tempo “atual” do traumático sem possibilidade de elaboração psíquica de determinados elementos advindos do outro, o que dificulta que a experiência subjetiva da adolescência possa ser colocada em um tempo passado.

Para explorar as questões enunciadas, procederemos a uma investigação que, do ponto de vista metodológico, organizamos em três eixos teóricos cujo desenvolvimento está apresentado nos capítulos seguintes.

No primeiro capítulo, mostraremos como na adolescência o sujeito se defronta com uma série de conflitos violentos e traumáticos, tais como a revivência edípica e o abalo das bases narcísicas a partir das mudanças corporais impostas pela puberdade. Aliada a esses aspectos, impõe-se ao sujeito a exigência de construção de uma identidade própria. Para que isso se faça de maneira favorável, é preciso, ao mesmo tempo, um movimento de abertura ao novo, ao “estrangeiro” em si, bem como a devida preservação das fronteiras egoicas. Esses aspectos são essenciais no trabalho de separação que ocorre ao longo de toda a vida, porém, conforme procuraremos mostrar, tem importância crucial para o adolescente.

Tendo em vista a complexidade e intensidade dos processos envolvidos na adolescência, passaremos a investigar, do ponto de vista psicanalítico, a importância da relação eu/outro na travessia da adolescência, levando em conta aí aspectos intrapsíquicos, intersubjetivos e, particularmente, transgeracionais.

No segundo capítulo, iremos, então, explorar a noção de transmissão psíquica, partindo das contribuições freudianas para chegarmos a uma análise da dimensão do “negativo” no processo de transmissão psíquica intergeracional, apoiando-nos, dentre outros autores, nas contribuições de Abraham, Torok e Kaës. Nos últimos anos, a questão da transmissão psíquica tem emergido no campo psicanalítico com vigor, para dar conta, principalmente, da presença excessiva das *violências* na atualidade. Isso porque a questão da transmissão psíquica é crucial no estudo da violência psíquica o que, por sua vez, se entrecruza com a possibilidade de o ego herdar determinados elementos os quais não encontram um destino no campo da representação.

Todos somos portadores de uma herança que constitui o fundamento da nossa vida psíquica e que se processa no inconsciente. A constituição subjetiva só se faz com base no que é transmitido pelo outro. Contudo, não é só de positividade que se faz o processo de constituição psíquica: sempre há uma porção de negatividade, de algo que não foi dito, representado ou constituído que será passado às gerações que seguem. E cabe a quem herda haver-se com isso: “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Goethe, citado por Freud, 1913-1914, p.160).

Falar de transmissão psíquica geracional implica destacar a importância da dimensão intersubjetiva, da presença e da ausência do outro na constituição do sujeito.

Implica também falar da história e da pré-história de cada um em seu processo de subjetivação.

Diversos autores que estudam a questão da transmissão psíquica geracional afirmam que esta transmissão pode ser um elemento essencial na compreensão dos fundamentos da clínica dos casos ditos difíceis, com especial ênfase nos estados patológicos de luto, sofrimentos narcísicos e estados-limites em uma linha que busca investigar e tratar casos situados além da neurose. É possível pensarmos o traumático da adolescência considerando a exigência de separação que aí se coloca, como estando relacionada à problemática da transmissão psíquica geracional? Buscaremos mostrar que a transmissão do negativo está ligada diretamente às marcas traumáticas que o psiquismo do adolescente traz em si e que poderão resultar em impasses no processo de separação.

No terceiro capítulo, retomaremos a questão da transmissão psíquica buscando então relacioná-la mais diretamente com o trabalho de separação na adolescência. A noção de “herança do negativo” (Kaës, 2001) será trabalhada visando a uma melhor compreensão da dimensão traumática e dos impasses na adolescência. Nessa parte da dissertação, traremos um recorte inspirado no caso clínico de Carolina, paciente que atendemos durante o nosso período de estágio na DPA-UFRJ sob a supervisão da Professora Marta Rezende Cardoso. Através da análise desse material, pretendemos ilustrar o papel que desempenha a dimensão de transmissão psíquica geracional, de um ponto de vista intrapsíquico, na determinação de uma adolescência marcada por um traumático desestruturante, implicando, de um ponto de vista intersubjetivo, uma especial dificuldade do sujeito adolescente em realizar o seu processo de separação das figuras parentais. Chegaremos então à questão da temporalidade psíquica buscando mostrar o “congelamento” do tempo presente nas adolescências atravessadas pela transmissão do negativo e pela impossibilidade de separação daquilo que é herdado do outro.

Capítulo I

Adolescência e separação: uma problemática de fronteiras

A trajetória de transição entre a infância e a idade adulta é longa e complexa. O processo desencadeado pelas mudanças corporais impostas pela puberdade física terá ressonâncias significativas na realidade psíquica. Do ponto de vista psicanalítico, a partir das transformações biológicas o adolescente se vê diante de verdadeiro *terremoto subjetivo* capaz de abalar, no plano interno, suas bases narcísicas e fazer reviver complexos infantis recalçados.

No plano pulsional, cabe ao adolescente alcançar uma identidade sexual estável. O jovem pode partir em busca da escolha de objeto de amor e do investimento em uma atividade própria, separada dos objetos parentais. A consolidação da identidade própria também coloca em xeque a relação eu/outro na travessia da adolescência, já que é preciso um movimento de abertura ao novo e, no registro intrapsíquico, o encontro com um “estrangeiro” em si, mas com a devida preservação das fronteiras egoicas.

Marty (2006) considera a adolescência como um processo de *arrombamento* que ameaça o ego e submete o sujeito a uma experiência psíquica traumática. Este *arrombamento pubertário* que é desencadeado pela genitalização do corpo e do psiquismo ameaça o ego tanto de fora quanto de dentro. A ameaça exterior se refere ao corpo púbere que se modifica rapidamente e é vivido pelo ego do sujeito como estranho, como objeto externo não representado em um sentimento de continuidade de existência. A ameaça interna tem origem na libido pubertária que põe em perigo o equilíbrio narcísico-objetal pela realização das fantasias edípicas pubertárias.

Considerando a adolescência como uma experiência traumática por excelência, Cardoso (2006) aponta para a tênue fronteira que separa dois destinos da adolescência: de um lado, o impacto traumático, inescapável e constitutivo, que consegue uma via de elaboração e, de outro, o de um traumático desestruturante, que extrapola os limites da representação. A autora considera que as adolescências atravessadas por patologias que se caracterizam pela convocação violenta do corpo e por uma fragilidade do ego, como aquelas comparáveis aos chamados estados-limite, implicam a presença, em sua base, de um traumático desestruturante, irrepresentável.

No presente capítulo, procuraremos mostrar que a adolescência configura-se como experiência subjetiva de caráter traumático capaz de abalar as bases narcísicas e fazer reviver complexos infantis. Destacaremos o trabalho de separação, ressaltando como ele está presente ao longo de toda a história do sujeito, mas terá importância crucial para o adolescente, sendo necessário para a abertura ao novo e para o seu processo de autonomia. Levando sempre em conta a dimensão de alteridade na análise da adolescência, entendemos a adolescência como uma problemática de fronteiras, o que nos permite articulá-la a certos aspectos da noção de estados-limite.

I.1 – A questão das fronteiras na adolescência

Buscando analisar o funcionamento dos estados-limite, Cardoso e Villa (2004) consideram que não se trata de uma patologia singular situada entre neurose e psicose (como é o caso, por exemplo, do termo *borderline* utilizado pela Escola Inglesa). Com base na Escola Francesa, mostram que os estados-limite constituem afecções psíquicas nas quais se faz presente de maneira significativa e particular uma dimensão traumática, de violência psíquica.

Os autores que se debruçam sobre esta temática destacam a importância dos limites externos ao ego para a constituição do aparelho psíquico e a própria constituição subjetiva. Nos estados-limite, a relação com o outro, com a alteridade, apresenta-se afetada por uma dimensão fortemente ameaçadora. Autores como André Green (1999), Luis Cláudio Figueiredo (2003) e Marta Rezende Cardoso (2001) observam que nesses casos há uma tendência à indiscriminação ao mesmo tempo em que há dependência no nível do processo de identificação com o outro. Seriam estas as angústias básicas desses estados: a angústia de abandono, separação e perda do objeto e a angústia de invasão ou engolfamento pelo objeto. O sujeito se vê sempre em uma situação extrema em relação ao objeto onde a proximidade ameaça que se confunda com ele e o afastamento ameaça sua perda vivenciada, em última instância, como perda de si mesmo.

Cardoso (2001) busca entender a violência da adolescência apoiando-se na importância desta questão relativa à alteridade. Mostra que o reconhecimento do outro fundamenta os próprios sistemas de reciprocidade e que este reconhecimento sempre se dá de forma problemática. Além disso, a dimensão de diferença situa-se também no plano intrapsíquico, já que o sujeito é necessariamente dividido. Para a autora, estes

dois níveis de alteridade, relativos ao “outro externo” e ao “outro interno”, são essenciais para o entendimento da violência *na* e *da* adolescência.

A adolescência, além de ser por si só uma “situação fronteira” entre a infância e a idade adulta, é marcada pela questão dos limites internos e externos envolvendo o eixo narcísico e o alteritário. Neste sentido, é vista por nós como uma problemática de fronteiras levando em conta a relevância da relação *entre o eu e o outro* nessa etapa. O jovem entra na luta entre depender do objeto e buscar sua autonomia, por isso o sentimento de depender do outro pode ser intolerável. Assim como nas angústias básicas dos estados-limite, o sujeito se vê aqui ameaçado ora pela invasão ora pela perda do objeto. Diante do sentimento de invasão, há a revivência da situação de passividade radical originária, e as passagens ao ato surgem como possível tentativa de combater essa ameaça à identidade.

Conforme buscaremos desenvolver ao longo desta pesquisa, as defesas arcaicas ligadas à atuação sinalizam a precariedade de certos recursos psíquicos e representam situações-limite do ego diante da violência do “outro”. O ego procura exercer domínio sobre o outro, mas acaba permanecendo passivo diante da violência pulsional. Assim, o recurso a modos primários de defesa pressupõe má diferenciação entre sujeito e objeto e precariedade das fronteiras egoicas em relação à alteridade interna. No campo da patologia dos limites há, portanto, “uma espécie de encaixe entre a problemática narcísica e a objetal” (Cardoso, 2001, p. 50).

A questão do recurso ao ato na adolescência será uma de nossas metas de chegada nesta dissertação; mas antes disso precisamos analisar outros aspectos fundamentais da adolescência, quando os limites se tornam tão frágeis que levam o ego a respostas radicais. As adolescências marcadas pelo traumático desestruturante nos fazem pensar em uma dificuldade na demarcação das fronteiras *entre o eu e o outro* “interno” e “externo”.

Para entendermos melhor o caráter traumático da adolescência e a importância da questão das fronteiras *entre o eu e o outro* na passagem por essa transição subjetiva, faz-se necessário nos atermos inicialmente aos pontos fundamentais desse processo. Primeiramente, retornaremos a momentos mais primários da constituição psíquica.

I.2 – O papel do outro no processo de constituição psíquica

Roussillon (2010) afirma que, ao nascer, o bebê se encontra em um estado de dependência primitiva absoluta que é fundamental para a organização da vida psíquica e a formação futura da identidade. Cabe já ressaltar a importância do *holding* primário para a garantia de um sentimento de continuidade de si frente aos abalos narcísicos adolescentes. A constituição e o fortalecimento do ego permitirão o desenvolvimento do projeto de identificação e consolidação da identidade do jovem. Mas, como veremos adiante, a problemática edípica e sua revivência na adolescência constitui igualmente peça fundamental para o abandono efetivo do objeto de desejo interdito e para a possibilidade de investimento em novos objetos. Desejamos colocar em relevo a importância da relação eu/outro na adolescência e de como esta questão de fronteiras pode ser decisiva na determinação de um traumático “normal” – que pode vir a ser elaborado – ou do traumático desestruturante, na adolescência.

Buscando explorar as primeiras relações mãe-bebê, Roussillon (2010) afirma que somente quando é capaz de representar o objeto, o sujeito terá capacidade de tolerar sua ausência. O objeto ausente representado não é mais objeto perdido, é, segundo o autor, “perdido-encontrado” no sentido em que está ausente objetivamente, mas pode ser reencontrado na psique. Isso implica a capacidade de pensar que o objeto ausente está presente em outro lugar, tem prazer em outro lugar. Mas para que isso ocorra, é necessário um processo reflexivo no qual o bebê investe no objeto em sua ausência, mas virá a supor reciprocidade, imaginando que o objeto também estará pensando, investindo nele. É importante ressaltar que a ideia de reciprocidade é diferente da de simetria, pois inclui a noção de diferença.

A primeira relação do bebê com a mãe é de total dependência. Mas a dependência primitiva só será organizadora dos processos identificatórios quando consegue impor a noção de alteridade, de diferença de sexos, de gerações. O referido autor afirma então que é preciso um primeiro momento no qual o objeto aceita desempenhar a função de “espelho”, de “duplo”, para que posteriormente se coloque a diferença e a possibilidade de representar.

“Um duplo deve ser suficientemente o mesmo para ser um duplo do sujeito, mas deve ser também suficientemente outro para não ser o próprio sujeito” (Roussillon, 2010, p. 425. A tradução é nossa.). Entre a mãe e o bebê, o que condiciona o prazer da relação é o próprio processo de construção do “duplo”, que forma uma espécie de “coreografia” corporal na qual um se ajusta ao outro inconscientemente. Mas

essa coreografia só poderá se realizar se cada um tiver a capacidade de antecipar o movimento e as variações do outro. Daí surge a questão de que um bebê só será capaz de antecipar uma mãe que seja até certo ponto previsível. Se o que encontra é uma mãe brusca, caótica, imprevisível, o bebê não conseguirá atuar suas capacidades de antecipação, e a coreografia do encontro deixará de acontecer.

Conclui-se então que a futura capacidade de refletir o objeto em si e a representação do objeto ausente passam pela maneira como o bebê foi refletido primariamente pelo objeto, pela maneira como o objeto pôde assegurar uma função de “espelho”, de “duplo”. Quando o “espelho” perceptivo do objeto se ausenta, é que se pode verdadeiramente começar a perceber a si mesmo, mas isso só será possível se tiver havido o desenvolvimento de uma função reflexiva herdeira do espelho primitivo. Há entre mãe e bebê uma sintonia primordial que o autor chamará de “coreografia do encontro”, que garante a função do “duplo” e permite a posterior diferenciação entre o eu e o outro.

Esses aportes de Roussillon (2010) estão inquestionavelmente ancorados nas contribuições de outros autores das relações objetais, como Winnicott (1956/2000). Este sublinha que são necessários um ambiente confiável e uma mãe dedicada para que possa se erigir um ego enriquecido permanentemente pelo fazer criativo. O conceito de *holding* no qual a mãe sente a si mesma como o bebê e o sustenta delicada e firmemente nos braços quando ele está em sofrimento, aponta também para a entrada da mãe no ritmo do bebê. No *holding* inicial a mãe se anula de certa forma num esforço inconsciente de satisfazer totalmente as necessidades do bebê. A internalização da função materna de sustentação permitirá o desenvolvimento dos *fenômenos transicionais* e da *capacidade de estar só*. Nesta última, a criança assume o comando da função materna de *holding*, sendo capaz de representar psiquicamente um *holding* interno.

Uma relação primitiva com a mãe marcada por reciprocidade e por cuidados “suficientemente bons” torna a criança apta a depositar certa confiança na fidedignidade, não só do ambiente primário, representado pela mãe, mas também nas formas futuras do ambiente e do mundo externo. É nesse cenário que se abre espaço para os primeiros ensaios da criatividade e para a diferenciação entre sujeito e objeto. O material fundamental a partir do qual esse cenário será construído é a ilusão, noção que, teoricamente, marca as bases psíquicas do potencial criativo.

Winnicott (1945/2000) considera que a ilusão é o processo subjetivo pelo qual o sujeito exercita criativamente a relação com a realidade externa desde os primórdios da vida:

O bebê vem ao seio materno, quando faminto, pronto para alucinar alguma coisa que pode ser atacada. Nesse momento aparece o bico real, e ele pode então sentir que esse bico era exatamente o que ele estava alucinando. Assim, suas ideias são enriquecidas por detalhes reais de visão, sensação, cheiro, e na próxima vez esses materiais serão usados na alucinação (Winnicott, 1945/2000, p. 227).

A experiência de ilusão deve ser garantida pelos cuidados maternos e permite a criação de uma área intermediária entre o eu e o outro na realidade externa, composta por objetos e fenômenos transicionais. O termo transicional indica justamente um espaço intermediário entre realidade interna e externa. É nele que o bebê investe e recua na relação com os objetos e fenômenos externos, até que adquira habilidades de reconhecimento e aceitação da realidade.

Todas essas vivências iniciais que constituem a “coreografia do encontro” entre o bebê e a figura materna dizem respeito à própria constituição do aparelho psíquico e à possibilidade de a figura materna “instalar” certas representações no psiquismo da criança.

A qualidade das primeiras relações mãe-bebê, fundamental para a constituição egoica, é condição para que este trabalho possa se efetivar. As primeiras experiências de separação do objeto primário permitem ao sujeito se reconhecer separado da mãe; constituem o corpo próprio e a unidade narcísica. Fernandes (2002) sublinha que a constituição egoica dependerá da qualidade do investimento materno.

Esta autora mostra a importância do investimento libidinal materno no corpo da criança para a constituição do corpo próprio, independente do outro, e para o surgimento de sensações inéditas de prazer no próprio corpo. Aqui ela se refere à dimensão autoerótica, estágio onde a criança investe em si mesma, toma uma parte de si como objeto. O autoerotismo só se constitui pela perda do objeto primário, absoluto, que garantiu as satisfações iniciais do bebê. Assim, é a boa qualidade dos primeiros investimentos maternos que garante o acesso ao prazer e também será a “chave” para o acesso ao corpo sexuado na adolescência.

O papel da mãe é, portanto, fundamental para constituição do ego, da unidade narcísica e do sentimento de continuidade de si, essenciais, como tentamos indicar, para uma boa passagem pela futura adolescência.

I.3 – Narcisismo e consolidação do processo identificatório na adolescência

A importância da manutenção do sentimento de continuidade de si no processo adolescente é destacada por inúmeros autores em psicanálise. O corpo púbere que se modifica rapidamente ameaça este sentimento e a unidade narcísica do sujeito: a libido pubertária dá origem a uma ameaça interior que coloca em risco o equilíbrio narcísico-objetual e abre a possibilidade para o perigo de realização das fantasias edipianas pubertárias.

Marty (2006) destaca que o genital permite a interpretação do sexual infantil *a posteriori*. A puberdade seria como um limiar que precisa ser superado para que se constitua o “traumatismo” e possam surgir sensações inéditas, ligadas ao início da trajetória sexual e ao encontro com o objeto externo. As transformações que ocorrem no corpo adolescente, decorrentes da puberdade, fazem surgir um corpo genital pronto para o encontro com o objeto externo. Entretanto, isso irá mobilizar vestígios do passado. Somente com uma vivência infantil de suficiente satisfação inicial e perda de objeto, o adolescente será capaz de reajustar a imagem do seu corpo, o qual está em processo de modificação e, integrar suas transformações sem perder o sentimento de continuidade de si.

Como foi visto, não é possível pensarmos no trabalho adolescente sem nos remetermos às suas experiências passadas. Sabemos que as transformações do corpo adolescente são sentidas como violentas, já que o jovem é “vítima” de uma mudança que não pode controlar (Cardoso, 2006). É justamente pelo seu caráter incontrolável que estas transformações podem ser percebidas como vindas do exterior: o adolescente sente seu corpo como se não lhe pertencesse, e isso provoca abalo nas bases narcísicas. Para melhor compreendermos a questão do narcisismo e sua relação com a passagem pela adolescência, nos debruçaremos sobre as contribuições de Jurandir Freire Costa (1998) em seu artigo “Narcisismo em tempos sombrios”.

Nas palavras de Costa (1998), com base na obra freudiana, o narcisismo é o estado psíquico que, por meio do investimento libidinal no ego, torna possível a organização do sistema egoico. A instância egoica, estruturada a partir do narcisismo, se especializa em manter as coisas como são e estão, evitando mudanças que, em princípio, podem acarretar desprazer. Assim, o autor afirma que o ego tem uma função de manutenção do *status quo*, protetor da autoconservação da estrutura psíquica, resistindo

sempre a qualquer alteração desta. Freud afirma: “Da mesma maneira que o id é voltado unicamente para a obtenção de prazer, o ego é governado por considerações de segurança. Ao ego estabeleceu-se a tarefa de autopreservação, que o id parece negligenciar” (Freud, 1940 [1938]/1996, p. 228). Com base nisso, Costa acrescenta que sempre que houver tentativa de alteração egoica, esta terá como resposta uma autodefesa narcísica.

Savietto (2006) elabora essas considerações de Costa (1998) para compreensão da fragilização egoica/narcísica presente na adolescência. As transformações pubertárias demandam que o ego dê conta de uma série de modificações subjetivas e, como foi visto, o ego é justamente a instância que resiste às modificações. Como é inevitável e necessária na adolescência, esta mudança da composição egoica terá valor de ataque ao narcisismo, causando no sujeito sensações de angústia e desamparo. A questão da fragilidade narcísica pubertária é bem destacada por Marty (2002, *in* Marty et al., 2002) ao demonstrar que esse enfraquecimento narcísico na adolescência será necessário para a abertura da via à subjetivação. É esse desligamento gradual do narcisismo que permitirá ao adolescente se desvincular das figuras parentais rumo a novas referências e identificações.

Vimos até aqui demonstrando a importância do fortalecimento das bases narcísicas e do processo identificatório para a passagem pela adolescência. No entanto, este não é o único plano em jogo. A problemática identificatória, situada no plano inconsciente, nos remete também a um plano pré-consciente/consciente que se refere à noção de identidade. A identidade diz respeito a como o sujeito se vê, resultado de um processo identificatório inconsciente. Laplanche e Pontalis (1967/2008) sustentam que a personalidade e a identidade se constituem por uma série de identificações.

Em seus estudos sobre a crise de *identidade*, Erikson (1976) pontua que o adolescente precisa de segurança frente a todas as transformações – físicas e psicológicas – do período. Essa segurança será encontrada na forma de sua identidade, que foi construída por seu ego em todos os estágios anteriores. O sentimento de identidade se expressa nas seguintes questões, presentes para o adolescente: *sou diferente dos meus pais? O que sou? O que quero ser?* Tentando dar conta dessas questões, o adolescente pretende se encaixar em algum papel na sociedade, e fazer sua escolha vocacional, a escolha dos grupos que frequentará, do par etc.

A preocupação em encontrar um papel social provoca confusão de identidade no adolescente: ele tende a modificar muitas vezes suas atitudes, remodelando sua

personalidade em um período muito curto, seguindo o mesmo ritmo das transformações físicas que o acometem. Nessa espécie de “confusão” no plano da identidade, o adolescente pode se sentir vazio, isolado, ansioso, incapaz de se encaixar no mundo adulto, o que pode muitas vezes levar a um processo de regressão a um modo de funcionamento psíquico próprio à vida infantil.

Mas, segundo Erikson, a “confusão de identidade” pode ter bom desfecho: em meio à crise, quanto melhor o adolescente tiver resolvido suas crises anteriores, mais possibilidades terá de alcançar aqui a “estabilização” da identidade. Para o autor, quando esta identidade estiver firme, ele será capaz de *ser estável* com os outros, conquistando a lealdade e a fidelidade consigo mesmo, com seus propósitos, conquistando o *sentido de identidade contínua*.

Como já foi dito, o processo adolescente tem as mudanças como problemática central, de modo que a função conservadora do ego narcísico será constantemente posta em xeque. Knobel (1981) descreve a “Síndrome da Adolescência Normal” e ressalta que uma característica própria do processo adolescente é a obrigatoriedade de o sujeito reformular os conceitos que tem a respeito de si mesmo, abandonando sua autoimagem infantil para se lançar ao mundo relacional adulto. Deve realizar uma série de lutos que, em última instância, representam um ataque ao “conservadorismo” do ego narcísico, uma vez que demandam que o ego dê conta de uma série de reorganizações e remanejamentos.

Em relação à questão das perdas próprias à adolescência, diversos autores destacam quatro vertentes principais da questão, remetendo-nos igualmente à necessidade da elaboração de um trabalho de luto dessas perdas: perda do corpo infantil, da imagem dos pais infantis, da bissexualidade infantil e da imagem infantil. A partir das transformações da puberdade, fala-se em: *perda do corpo infantil* – a genitalização do corpo provoca mudanças na imagem do corpo infantil, causando grande desconforto psíquico com o progressivo desenvolvimento do corpo adulto; *perda da imagem dos pais infantis* – o adolescente precisa fazer uma escolha objetal fora do mundo familiar, o que implica renunciar aos objetos incestuosos e à segurança que os acompanha para poder investir em novos modelos identificatórios; *perda da bissexualidade infantil* – imposição de se fazer uma escolha objetal (hetero ou homossexual) e, também, do abandono do sentimento (ilusório) de onipotência infantil que acompanha a bissexualidade; e *perda da imagem infantil* – necessidade de entrar no mundo adulto e arcar com todas as responsabilidades (e prazeres) que ele proporciona.

A partir disso, podemos analisar os principais aspectos relativos à importância do período pré-edípico na experiência subjetiva da adolescência. Naquele período, como vimos, a mãe é o objeto único de investimento libidinal e peça-chave na formação do narcisismo infantil, que será reeditado na adolescência.

Como indicamos, a passagem pelo narcisismo é crucial na delimitação das fronteiras egoicas. Se o ego não consegue exercer sua função de contenção e dominação do pulsional, a travessia do Édipo apresentará dimensão singular que precisamos levar em consideração. A trama edípica que se apresenta pela primeira vez na infância retorna na adolescência com toda a força e exige o abandono definitivo dos objetos infantis.

I.4 – A violenta revivência do Édipo na adolescência

Após o seu declínio no período de latência, o complexo de Édipo terá na adolescência um tempo de retomada na dupla vertente incestuosa e parricida. A revivência da trama edípica exige o efetivo abandono do objeto de desejo interdito para que novos objetos possam ser investidos. Mas vale ressaltar que já em Freud (1905/1996) esta “descoberta do objeto” na adolescência é uma redescoberta, no sentido de que será feita apoiada nas primeiras experiências de prazer: “restabelece a relação original instituída pela via de apoio da pulsão sexual na pulsão de autoconservação, na ocasião em que a pulsão sexual tinha, no seio materno, um objeto sexual no exterior do corpo próprio” (Emmanuelli, 2008, p. 21). Assim, a escolha de novos objetos de investimento trará consigo a marca dos objetos primários.

O Édipo que fez parte do passado infantil retorna com a demanda de ser integrado à história atual do sujeito. O desafio torna-se então integrar o passado com as exigências que a vida pulsional presente impõe. Piera Aulagnier sublinha que é demandado ao jovem um trabalho psíquico de colocar em memória e em história o tempo passado infantil para que ele possa “construir(-se) um passado” (Aulagnier, 1991, p. 442. A tradução é nossa.), garantindo que o tempo perdido continue existindo psicologicamente, em memória. Para a autora, é preciso primeiro se perguntar “quem sou” para depois descobrir “quem quero ser” – e este é um trabalho de construção-reconstrução. O adolescente é convocado a recontar e ressignificar sua história passada e, como iremos explorar em detalhes no segundo capítulo desta dissertação, esse

processo irá se apoiar no que lhe é “contado” e transmitido pelos pais e pelas gerações anteriores.

A revivência do Édipo na adolescência é ainda mais ameaçadora que a vivência da infância, já que agora temos também o corpo púbere em ação. Sua reedição à luz deste corpo genitalizado pode potencializar, em certos casos, os riscos de passagem ao ato. Os sentimentos incestuosos ganham mais força, já que agora há um corpo capaz do encontro sexual. O recurso ao ato surge como uma maneira de preservar o espaço próprio, frente a esse objeto que pode ser percebido como excessivamente ameaçador. Nesse sentido, a única saída do adolescente é separar-se em definitivo do objeto edipiano, sem o perder.

Para Palmeira, Veloso Filho e Cardoso (2002/2006), esta tarefa é assim árdua e angustiante em função da complexidade e relevância da relação com esse objeto a ser abandonado. Isso se torna mais claro se pensarmos que este objeto constituiu em certo momento o próprio sujeito, o “inventou narcisicamente”. Por isso nem sempre é possível a realização com sucesso deste trabalho, difícil para os jovens e seus pais, que, juntamente com os filhos, revivem seus próprios conflitos inconscientes.

A questão do narcisismo na adolescência nos remeteu à questão da qualidade da constituição das fronteiras egoicas na infância para a garantia de uma melhor passagem pelas mudanças incontrolláveis da adolescência. Vimos como a questão da delimitação dessas fronteiras se articula também com a do complexo de Édipo e com sua posterior reedição. No próximo tópico, analisaremos a importância do trabalho de separação quando pode ser realizado de forma constitutiva e, quando falha, este trabalho leva a diversos impasses.

I.5 – O processo de separação como constitutivo da subjetividade humana

Do nascimento à morte a dialética da separação e da união rege as relações objetivas. A imagem prototípica da separação é o corte do cordão umbilical. Essa imagem se relaciona ao mito de uma unidade, símbolo da perfeição que é perdida, abrindo uma eterna nostalgia que se rerepresentará com força total na adolescência. Como pontuamos anteriormente, o sujeito adolescente vivencia esse processo como verdadeiro traumatismo. A dificuldade de realização do trabalho de separação na adolescência nos remete aos primeiros momentos da vida, em que o ego é “fundado” psiquicamente pelo outro.

A adolescência coloca em jogo uma série de elementos traumáticos ao mesmo tempo que é o momento-“chave” no processo de separação: é preciso se separar para que haja abertura para novas representações, para a estruturação da identidade e o investimento em novos objetos de desejo. Como veremos a seguir, esse processo é necessário e estruturante na etapa da adolescência, mas nem todos conseguem efetivamente realizá-lo.

I.5.1 – Etapas da separação

Para Peter Blos (1998), a história da psique humana é um longo caminho que o indivíduo deve percorrer: da fusão inicial ao objeto primário em direção à autonomização, à separação e à individuação. Isso implica a emergência de um sujeito separado do objeto, com características próprias e com a construção de uma representação diferenciada de si. O autor considera que o processo de separação da criança se inicia por volta dos seis meses de idade, quando começa a se desfazer a unidade dual mãe-bebê. No entanto, segundo Blos, um segundo processo de individuação essencial tem lugar na adolescência.

A partir da unidade dual mãe-bebê, cabe à criança se separar da mãe real por meio da internalização da sua imago. Já o adolescente precisa deixar para trás a relação muito íntima com essas imagos parentais para buscar o encontro com um novo objeto real. Conforme vimos desenvolvendo por meio dos aportes de autores como Roussillon (2010) e Winnicott (1956/2000), quando buscamos entender o processo de separação na adolescência precisamos sempre levar em conta de que maneira se deu esse processo na primeira infância, no momento em que o sujeito é fundado a partir do encontro com o outro.

Estes autores nos ajudam a entender que uma criança suficientemente investida pelos pais poderá realizar ainda na infância os primeiros passos do processo de separação. Mas esse processo só será efetivamente “trabalhado” psiquicamente na adolescência – e continuará presente ao longo de toda a vida. As mudanças físicas e psíquicas da adolescência representam um verdadeiro ataque ao narcisismo, desequilibrando a balança dos investimentos narcísicos e objetivos que até então esteve “estável” na infância. O abandono dos primeiros objetos de amor é o objetivo maior do processo de separação próprio à adolescência.

Vimos que a adolescência é marcada por uma série de mudanças radicais nos planos físico e psíquico: a possibilidade de realização das fantasias incestuosas impõe o

efetivo abandono das imagos parentais para que seja possível o investimento em um novo objeto de amor. Estes aspectos conferem à adolescência um lugar inédito no processo de separação.

A revivência dos complexos infantis se relaciona diretamente com a urgência da realização de um processo de separação nessa travessia, da infância à vida adulta. Para entendermos o que está em jogo nesse processo é preciso recordar que nele estão implicadas, ao mesmo tempo, as lógicas narcísica e edipiana, indissociáveis entre si.

I.5.2 – A construção da história do sujeito

O processo de separação na adolescência se relaciona com o próprio processo de construção da história do sujeito. Chabert (2013) explica que na adolescência há luta entre a passividade extrema e a dependência. Um processo “bem-sucedido” de separação na adolescência implica a possibilidade de construção de uma história “em nome próprio”, do reconhecimento da diferença dos sexos e da diferença geracional.

Como mostramos no tópico anterior, a adolescência envolve um importante processo de luto em relação à vida infantil, que traz consigo uma série de perdas e de rupturas. O próprio trabalho de luto impõe ao sujeito a necessidade da abertura para novos objetos de investimento, para o diferente, para o que é novo.

O processo de dissolução do Complexo de Édipo em sua versão infantil e na sua reedição na adolescência implica um trabalho de luto, posto que consiste no desinvestimento de um objeto antes “hiperinvestido”. Mas o sujeito não abandona facilmente a posição libidinal anterior, só o fazendo quando um substituto já foi designado. Neste sentido, mesmo quando esse trabalho de luto é bem-sucedido, o desinvestimento do objeto nunca tem caráter total. Outra razão para essa dificuldade é a característica singular e não substituível, própria ao objeto de amor. A libido tende a se agarrar aos objetos de forma a não querer abandoná-los mesmo quando perdidos e passíveis de serem substituídos por outros objetos disponíveis.

O trabalho de separação na adolescência implica também separar-se do seu corpo infantil para integrar um corpo adulto criador da sua própria sexualidade. O adolescente precisa se separar do fantasma andrógino da infância para criar um espaço interno para o encontro com o outro sexo. Há no processo adolescente uma efração traumática que vem de *dentro*, e não de fora, referida, primeiramente, ao surgimento do corpo púbere cuja irrupção, como sublinhamos anteriormente, é tão drástica. Na caminhada do processo de separação que se faz presente ao longo de toda a vida

subjetiva, a adolescência se constitui como tempo paradoxal de uma separação ao mesmo tempo necessária e difícil: o sujeito busca autonomia ao mesmo tempo que depende do objeto. A necessidade do outro pode ser sentida então como invasiva, traumática, como uma ameaça de revivência da situação de passividade originária.

Conforme buscaremos desenvolver a seguir, a separação na adolescência se relaciona principalmente ao trabalho de luto. Um trabalho de luto satisfatório implica a introjeção do objeto perdido no seio do ego, como uma consolação por sua perda. Assim, o sujeito se identifica com o objeto perdido, conservando-o na sua esfera egoica de forma a mantê-lo eternamente presente. Se o processo de luto pode ser árduo mesmo quando o objeto de fato é perdido, como esse processo se dá no caso da adolescência, levando-se em conta que se trata da exigência de um trabalho de luto de pais ainda vivos?

I.6 –Um luto na presença do objeto: desinvestimento e “morte”

Em *L'adolescent et la séparation*, Isée Bernateau (2010) considera a questão da separação na adolescência como um processo de “morte” do objeto. Lembra-nos que Anna Freud foi uma das primeiras autoras a aproximar a etapa da adolescência com a do luto: os apaixonados, os enlutados e os adolescentes são totalmente mobilizados libidinalmente pelo objeto recentemente perdido, o qual é necessário desinvestir.

O adolescente deve fazer o luto dos pais edipianos, primeiros objetos na infância dos quais o sujeito deverá vir a definitivamente se separar. Anna Freud (*apud* Bernateau, 2010) ressalta o sofrimento que tal trabalho provoca nos adolescentes. A separação dos objetos parentais, considerada como verdadeira perda, seria uma das principais causas dos afetos depressivos de grande número de adolescentes.

Em relação à depressão na adolescência, Roussillon (2011), aprofunda a questão da vivência de perda nesta etapa, retomando a mais bela expressão usada por Winnicott para se referir a esta complicada etapa da vida: o *Pot au noir*. A expressão se refere ao espaço de navegação situado entre os dois hemisférios, conhecido como “zona de convergência intertropical”, na qual não se sabe nunca para que lado o vento irá soprar ou até mesmo se haverá vento. É uma longa área de mar por onde todos os navios devem passar para ir de um hemisfério ao outro, e na qual o clima é sempre imprevisível, instável, já que um longo período de calmarias pode ser seguido por uma inesperada e fortíssima tempestade. Assim é a adolescência: instável, imprevisível. O

“marasmo” da infância é repentinamente abalado pela evolução fisiológica irreparável que acompanha uma série de flutuações psíquicas imprevisíveis.

Roussillon (2011) menciona também a expressão *Pot au noir* para sublinhar o período obscuro que o adolescente atravessa, no qual ele parece não querer nada, não ser capaz de nada, como se a vida pulsional fosse marcada por uma grande inibição. O *Pot au noir* comporta uma dimensão altamente depressiva e a saída desta etapa na adolescência dependerá, em grande parte, da qualidade das respostas que o sujeito obtenha das pessoas significativas à sua volta e das suas próprias atitudes sociais.

Bernateau (2010) afirma que na adolescência faz-se necessária a realização de um trabalho de desinvestimento dos objetos próprios à infância, lembrando que, segundo Freud (1917 [1915]/1976), o luto é o protótipo do desinvestimento: o luto leva o ego a renunciar ao objeto, declarando-o morto, sendo solicitado ao ego que permaneça em vida. Paradoxalmente, desinvestir o objeto morto implica, durante um bom tempo, não se separar do objeto, mas, ao contrário só se preocupar com ele. Em primeiro lugar, o processo de luto implica, portanto, um superinvestimento do objeto perdido. A dificuldade do luto se relaciona com o status narcísico do objeto perdido, responsável pelo caráter interminável de certos lutos. Trata-se de um trabalho de decomposição, de fragmentação, de desinvestimento do objeto.

Como sublinha Guillaumin, o adolescente deve elaborar um luto “na presença do objeto” (1999, p. 99. A tradução é nossa.), trabalho que permitirá a separação, e colocará à prova a constância do objeto. Segundo o autor, haveria especial afinidade da adolescência com o tema da morte em razão do processo de separação que ambas envolvem. A entrada na puberdade exige a realização de um trabalho de luto difícil e, em certos casos, impossível de realizar. Nos termos do autor, a infância é como uma mitologia, tempo maravilhoso, tempo de inocência que o adolescente deverá violentamente “matar”: a separação dos primeiros objetos de investimento é sentida como uma ameaça de perda ao mesmo tempo de si mesmo e do outro.

A conexão entre separação e morte tem origem na ligação presente desde o início da vida entre separação e desaparecimento. Essa confusão, perigosa e difícil é, na realidade, inerente à subjetividade humana. Freud (1924/1976) constata que para todos os sujeitos, as vivências subjetivas de separação definitiva e de separação temporária tendem a ser confundidas desde os primórdios da vida, já que o bebê não sabe diferenciar uma ausência experimentada temporariamente, de uma perda definitiva. No instante em que perde a mãe de vista, o bebê comporta-se como se não fosse jamais

voltar a vê-la, consolando-se, repetidamente, até aprender, internamente, que a ausência da mãe costuma ser sucedida por seu reaparecimento.

A este respeito, vale retomarmos as contribuições de “Além do Princípio de Prazer” (Freud, 1920/1976), quando relata a observação de um jogo, o célebre jogo do carretel, o qual denomina *Fort-da*. O jogo consiste em duas partes: na primeira, *Fort*, a criança joga longe o carretel de madeira fazendo desaparecer o objeto; e na segunda parte, *da*, puxa-o para perto de si, fazendo-o reaparecer. Esse jogo seria o protótipo do processo de separação na infância permitindo, sobretudo, que a ausência da mãe e o trauma dessa ausência sejam erotizados, ou seja, ligados à excitação e não mais ao abandono.

Já na adolescência, esse processo se apresenta de forma ainda mais complexa. O sujeito é confrontado ao terror de perpetuar a morte dos seus objetos internos. Como expressa a célebre frase de Daniel Lagache: “no luto, é necessário assassinar o morto pela segunda vez” (Lagache, 1938, p. 695. A tradução é nossa). O adolescente é colocado em questão quanto à morte inconsciente de seus pais, morte que se deve à sua maturação biológica e psíquica. Se o adolescente não for capaz de cometer esse assassinato psíquico dos objetos parentais, o fantasma da morte cairá sobre ele fazendo com que a separação da imago parental provoque verdadeira desorganização narcísica.

A este respeito, Fédida (1978) considera que, assim como o sujeito depressivo, o adolescente, de certa a forma, encarna a morte para dela se proteger. Pensando na adolescência como situação fronteira na qual as angústias de perda e engolfamento se fazem presentes, e entendendo o trabalho de separação nesta etapa como um sentimento de luto, Cardoso (2010) afirma que o adolescente busca sua “sobrevivência” diante da ameaça de perda do outro, assim como da perda de suas próprias fronteiras egoicas. A autora cita também as contribuições de Roussillon mostrando que, dentre as diversas estratégias para tentar “sobreviver”, o adolescente pode “tentar o assassinato da pulsão para não correr o risco de sucumbir a ela” (Roussillon, 2010, p. 195. A tradução é nossa.) o que pode levar às respostas atuadas.

Se no plano intrapsíquico, o adolescente procura dar conta e dominar a invasão pulsional, na esfera objetal o trabalho de “assassinato” inconsciente dos objetos de amor nos remete ao que Winnicott (1958) denomina “uso de um objeto”. Este supõe que o objeto se permita destruir, mas podendo, ao mesmo tempo, sobreviver a esta destruição. Na infância, a utilização do objeto permite ao bebê constituir sua mãe como objeto exterior a si. Winnicott considera que alcançar o estágio de utilização do objeto é a

tarefa mais difícil do desenvolvimento humano. Para que se dê, são necessárias condições favoráveis: que o objeto suporte a destruição e que possa sobreviver sem retaliar.

O assassinato simbólico dos pais na adolescência provoca também no sujeito um sentimento de culpa, típico dos enlutados. O sujeito se sente, por vezes, culpado da morte inconsciente dos seus entes queridos. No plano inconsciente, mesmo aquele que morre de morte natural é igualmente vítima de um “assassinato”: o sujeito sente como se os seus desejos ruins, maldosos, pudessem tê-lo assassinado. A relação entre o assassinato e a culpa se faz presente desde Freud (1913) no mito totêmico. No mito, o pai primevo, objeto de amor, torna-se alvo da agressividade do seu clã. O amor dirigido ao pai cede lugar ao ódio e ao ressentimento. Todos sentem inveja do objeto de gozo que o pai possui e, na ânsia de apreender o objeto, se precipitam no ato violento sob a forma de assassinato, pois, para alcançar o gozo, é preciso matar o pai. Contudo, esse mesmo pai também se apresenta como um objeto amado. Assim, amor e ódio afloram como sentimentos ambivalentes fazendo circular a culpa.

Winnicott acentua ainda o papel do ódio nesse processo de separação do objeto. O ódio põe fim ao estado fusional no qual sujeito se confunde com o objeto, processo de diferenciação que permitirá ao sujeito sentir-se como ser distinto e separado.

Na adolescência, o sentimento de ódio pelos pais é muito comum e atua também como vetor da separação, maneira pela qual o adolescente buscará se desprender das imagens parentais. Os sentimentos hostis do adolescente por seus pais têm, muitas vezes, a função de garantir um espaço e uma ruptura diante da ameaça da fusão incestuosa. Assim como na infância, o apoio por parte dos objetos parentais poderá desempenhar importante papel, devendo eles sobreviver à hostilidade que lhes é dirigida pelo adolescente.

Para que o processo de luto, próprio à adolescência, seja bem-sucedido, é necessário que o sujeito possa aceitar a separação cuja ressonância é a morte fantasística dos objetos parentais. Mas é necessário que estes possam sobreviver a essa morte. Em alguns casos, como veremos adiante, o sujeito não é capaz de efetuar um verdadeiro trabalho de luto dos objetos próprios à vida infantil, o que poderá resultar em respostas defensivas violentas e mortíferas.

I.7 – Impasses no processo de separação: o objeto “que não pode ser perdido”

Para elaborar a questão da impossibilidade de separação do objeto na adolescência, recorreremos inicialmente ao artigo “A impossível “perda” do outro nos estados limites: explorando as noções de limite e alteridade”, de Marta Rezende Cardoso (2010). Considerando a própria adolescência como situação fronteira, implicando intensamente uma problemática de limites, este trabalho nos ajuda a compreender os casos em que o processo de separação se revela inviável.

Mostra a autora que nas patologias identitário-narcísicas, tal como as denomina Roussillon (2005), o que estaria fundamentalmente em jogo não seria exatamente uma angústia de perda do objeto como na neurose, mas uma angústia ligada, paradoxalmente, à impossibilidade de perdê-lo. Nos estados-limite, o que é sentido é uma espécie de ausência de si, de vazio interno que só pode ser preenchido pela presença do objeto como se o outro que me dissesse quem sou eu. Nesse sentido, o outro é necessário para que o sujeito se sinta existir. É como se o objeto fosse necessário para que a existência fosse atestada, e a possibilidade de perda é então assustadora: se o ego não pôde internalizar o objeto, a ausência deste será sentida como um desaparecimento ou como uma morte de si.

A angústia neurótica de perda do objeto diz respeito a um conflito interno entre instâncias, entre desejos contraditórios que têm como um aspecto a fantasia de ameaça de perda do amor do objeto. Nos estados-limite, somos remetidos a um estado que se situa aquém dessa angústia, em cuja base teria dominado uma relação sob o modo da “servidão ao outro”, como afirma Cardoso (2010). Esta seria uma modalidade de relação objetal na qual o objeto interno teria se mantido necessário, infalível e “único”.

Segundo Jaques André (1999), o objeto adquire estatuto de “único” nas situações de prevalência de elementos traumáticos e irrepresentáveis. O objeto “único” é convocado para dar conta da continuidade interrompida do ser, como tentativa de reparação do narcisismo primário. O deslocamento e a possibilidade de perda, substituição e mudança objetal ficam impossibilitados de exercer suas funções, sob o risco de remeter o sujeito ao vazio, ao sentimento de morte de si que a perda do outro representaria.

O objeto “único” coloca em questão a própria noção de objeto na teoria psicanalítica. Ao definir os elementos da pulsão, Freud (1915/1976) declara que o objeto é o que existe de mais variável, não havendo nenhum vínculo pré-determinado

que o una ao impulso pulsional, caracterizando-se como atravessado pelo investimento erótico e pela simbolização, não sendo, portanto, nem natural nem fixo.

A característica “imperdível” do objeto diz respeito a um desarranjo nas primeiras relações mãe-bebê, que coloca a mãe como insubstituível, impossível de ser vista como separada. Quando a alteridade não consegue ser negatizada, o reconhecimento de sua perda não poderá se efetuar de maneira consistente. Na adolescência, nesses casos, será então impossível a realização do trabalho de separação, não havendo abertura para novos investimentos.

Como procuramos mostrar até aqui, a possibilidade de realização de um efetivo trabalho de separação na adolescência implica o “assassinato” psíquico e o luto dos objetos parentais. As adolescências marcadas pelo traumático desestruturante, pelo excesso pulsional e pela fragilidade dos limites egoicos nos apontam para uma permanência em um modelo arcaico de dependência fusional na qual o outro é transformado em uma parte de si tão fundamental que sua perda remeteria o sujeito ao estado de desamparo mais elementar. O sujeito permanece “inseparável” do objeto como única possibilidade de existência psíquica e subjetiva.

I.8 – Fracasso no trabalho do negativo: o objeto que não se deixa apagar

O trabalho fundamental de separação do objeto na adolescência permite seu desaparecimento no mundo interno, o que nos remete às contribuições de Green (1986/1995 [1993]) com sua noção de trabalho do negativo. Esse conceito diz respeito ao “apagamento” do objeto primário que possibilita a emergência de vários objetos substitutivos. O objeto deve se deixar apagar e continuar existindo na estrutura psíquica.

Claudia Amorim Garcia (2010) estuda profundamente essa temática e explica que, ao se preocupar com as relações objetais, Green discute o que denomina “clínica do vazio”, caracterizada pela destrutividade, pelo desinvestimento, pela fusão com o objeto e identificação com o objeto destruído pela separação. Pensando na constituição psíquica desses pacientes, Green demonstra a necessidade incontornável de que o objeto absolutamente necessário seja apagado no espaço intrapsíquico para que possam advir desejo e pensamento.

Garcia pontua que, para a teoria greeniana, “o trabalho do negativo é o que permite que o objeto possa satisfatoriamente estimular e conter a pulsão e também permitir a emergência de vários objetos substitutivos, fonte de atração e repulsa, daí por

diante” (Garcia, 2010, p. 100). O trabalho do negativo é responsável pelo apagamento do objeto primário, condição *sine qua non* que possibilita a constituição das fronteiras psíquicas internas e externas. Ressaltamos aqui, nesse sentido, a realização do trabalho do negativo como possibilidade/condição da existência de um trabalho de identificação e separação também na travessia da adolescência.

A autora acrescenta que “quando o objeto não se deixa apagar, isto é, não se apresenta como falível e insatisfatório, mas conserva seu caráter absoluto, ocorre um desvio de sua função primordial, que resulta na coalescência do objeto com a pulsão” (GARCIA, 2010, p.100). Neste caso, o excesso de presença do objeto provoca respostas defensivas situadas aquém da representação, como as passagens ao ato, as formações psicossomáticas, as adições, manifestações tipicamente limites onde se tem a onipresença do objeto impedindo o processo de pensamento, no sentido de uma mentalização – que poderia levar a respostas egoicas de caráter elaborado

Outro importante conceito de Green (1986/1995 [1993]) que nos ajuda a compreender a possibilidade ou não de separação do objeto na adolescência é o de função objetualizante/função desobjetualizante. Segundo o autor, a meta essencial das pulsões de vida é garantir uma função objetualizante, criando uma relação com o objeto (interno e externo) e garantindo posteriormente que estruturas sejam transformadas em objetos quando este não estiver mais diretamente em questão.

A função objetualizante implica ligação e coloca em jogo não somente o objeto *stricto sensu*, mas, no limite, diz respeito a modos da atividade psíquica, sendo o próprio investimento que é objetualizado. Relaciona-se à capacidade de introjeção dos objetos e à simbolização.

Ao contrário, a pulsão de morte está referida à função desobjetualizante através do desligamento. A pulsão de morte implica um ataque não somente à relação com o objeto, mas também a todos os seus substitutos. Nisso se inclui o próprio eu e, como dito acima, e, em última instância, o próprio processo de investimento libidinal. O autor incluiu também do lado da desobjetualização a compulsão à repetição assumindo que essa é a figura, a expressão de um funcionamento pulsional auto-organizado e quase automático, testemunha de um fracasso no processo de objetualização. A manifestação própria da pulsão de morte e da compulsão à repetição é o desinvestimento, mas o que assistimos quase sempre é ao funcionamento concorrente das atividades em relação aos dois grupos de pulsões.

A que se referem o fracasso no trabalho do negativo e a impossibilidade de apagamento e separação do objeto primário? O objeto que carrega consigo marcas de um trauma desestruturante, irrepresentável, dificilmente se deixará apagar e internalizar como estrutura psíquica. Assim, há uma presença excessiva do objeto primário que deixa o psiquismo preso no “atual” e impossibilita o surgimento de um espaço psíquico pessoal que comportaria os processos de simbolização.

No fracasso do trabalho do negativo há, portanto, uma dificuldade no apagamento do objeto primário que conduz a um mecanismo de desinvestimento extremo onde a meta destrutiva, essencial da pulsão de morte, prevalece sobre o psiquismo, incapacitando-o para a simbolização. Dito de outro modo, através da pulsão de morte, em sua função desobjetalizante, ocorre no psiquismo, nesses casos, um desinvestimento extremo, relacionado ao fracasso do trabalho do negativo, que incide sobre os próprios investimentos psíquicos que capacitariam o psiquismo a simbolizar. Há assim um domínio interno da violência pulsional e uma precariedade na constituição dos limites psíquicos e das fronteiras entre eu e não-eu.

Veremos no próximo capítulo as articulações da questão da separação com a transmissão psíquica geracional e a transmissão do negativo, onde há uma presença “em bloco” de algo que vem do outro mas não encontra uma via de elaboração, não consegue ser transformado pelo herdeiro.

As diferentes dimensões inerentes à transmissão psíquica nos ajudarão a mostrar que nem sempre o ego é capaz de se apropriar do sentido daquilo que herda, ou seja, que por vezes não consegue assimilar como próprio tudo aquilo que lhe é “implantado”, não consegue metabolizar todos os elementos advindos do outro e se incluir na cadeia geracional, o que suporia ter realizado uma experiência de separação em relação ao outro. Na transmissão transpsíquica de elementos inomináveis, o processo de transmitir perde seu caráter estruturante, adquirindo caráter alienante, de modo que o que é transmitido atravessa o inconsciente das gerações e se impõe em estado bruto aos descendentes. Isso poderá assumir caráter destrutivo e ameaçador na adolescência, dificultando a sua superação e o acesso efetivo à vida adulta.

Capítulo II

Transmissão Psíquica Geracional

O estudo da questão das fronteiras e da separação na adolescência nos levou a destacar o papel da alteridade nesse processo. Segundo Baranes (2002), a história de qualquer sujeito, recolocada em crise na adolescência, se funda sobre o projeto e o fantasma que seus genitores organizaram desde sua concepção, ou mesmo antes disso, e que o fazem portador de um projeto herdado do narcisismo parental cuja realização lhe cabe.

Mas se essas inscrições primárias indicam as bases desse percurso, o sujeito terá em seguida que delas se “apossar” segundo sua própria dinâmica pulsional, para dar um sentido próprio ao que herdou. Nos casos em que isso não se dá de modo favorável, o projeto parental é imposto ao sujeito, não havendo mais abertura para a representação em nome próprio. Para Baranes (2002), neste caso, em vez de o sujeito encontrar seu lugar e sua identidade singular, seu destino subjetivo fica atrelado a uma não diferenciação entre gerações.

Nossa proposta no presente capítulo é aprofundar a noção de transmissão psíquica geracional, partindo das contribuições de Freud visando a explorar em seguida a vertente negativa do processo de transmissão psíquica. Buscaremos mostrar como o processo de transmissão psíquica geracional pode estar ligado à constituição de importantes marcas da violência psíquica e do traumático, elemento de essencial relevância numa investigação dedicada à questão da separação e de seus possíveis impasses na adolescência.

II.1 – O registro transgeracional na travessia da adolescência

Analisamos anteriormente os diversos mecanismos e remanejamentos envolvidos na adolescência considerando os registros intrapsíquico e intersubjetivo. O luto dos pais e do corpo infantis e a revivência do narcisismo e do Édipo dizem respeito aos processos de assimilação daquilo que advém do outro na consolidação da constituição identitária do sujeito adolescente, o que terá significativa ressonância em todo o grupo familiar. Puget (1997) aponta para a presença de um duplo processo de

historicização no qual o plano intrapsíquico relativo à subjetividade do adolescente irá produzir efeitos em um registro intersubjetivo.

O adolescente deve efetuar remanejamentos que promoverão também um novo sentido em sua família, já que ele seguirá pertencendo a uma história do qual é portador. Estes aspectos da questão concernem a uma dimensão intersubjetiva que sela a adolescência abrindo a perspectiva da criação de uma história singular. A história do sujeito não implica a pura recordação do passado, mas, sim a invenção de novos sentidos próprios a ele, e que, como indicamos acima, afetarão e modificarão a história familiar. É justamente a mescla desta dupla vertente desse processo de historicização que permitirá a emergência da “nova” subjetividade do adolescente.

A possibilidade de transformar em algo novo aquilo que foi por ele herdado pressupõe, no seu universo psíquico, a possibilidade de representação e apropriação da herança subjetiva do outro. Defrontado com a novidade inevitável de seu corpo púbere que se modifica rapidamente, e da revivência de complexos e lutos inconscientes, o sujeito deverá ser capaz de se apoiar nos elementos de sua história e no que lhe é transmitido para criar também uma novidade no que diz respeito à sua singularidade.

Como pontuamos brevemente no primeiro capítulo, apoiando-nos nas contribuições de Piera Aulagnier (1991), é demandado ao jovem um trabalho psíquico que consiste em colocar em memória e em história o tempo passado infantil, condição básica para que possa “construir para si mesmo um passado” (Aulagnier, 1991, p. 442. A tradução é nossa.) Primeiramente é preciso que ele se pergunte “quem é” para depois descobrir “quem quer ser”, trabalho que consiste numa construção-reconstrução. O adolescente se encontra inserido em um grupo, em uma genealogia, em uma trama familiar, e seu encontro com o “outro-novidade” afetará ambas as partes.

A referida autora considera que, na infância, a criança constrói a *cena originária* buscando entender a si mesma como produto da união de seus pais: a cena originária produz a interseção entre o pai e a mãe, sendo a criança produto desta união. A pulsão de investigação promove a indagação infantil e a pesquisa sobre suas origens. No entanto, nesse momento inicial, o sujeito é “historicizado”, sendo sua história escrita em coautoria com as figuras parentais. Na infância, o *eu* é aprendiz de historiador, falado e guiado pelos enunciados maternos. A mãe, representante do *eu parental*, atua como *porta-voz* da criança. A fala materna é tomada por ela para a construção de sua genealogia e de suas bases identificatórias.

Ao abandonar a infância, o sujeito precisará “tomar as rédeas” do seu processo de historicização: o *eu* adolescente deve ser o único redator de sua biografia e a mãe (*eu parental*) terá que aceitar que o regime de coautoria fez parte de um momento passado. Assim, o adolescente poderá construir seu próprio projeto identificatório, trabalho psíquico que resulta, portanto, de um trabalho de historicização e autoconstrução. Na formação de seu “novo” projeto identificatório, o sujeito investe em um tempo que ainda não chegou – assim como sua mãe investiu libidinalmente no outro “por vir”, como antecipação que se projeta sobre o futuro do sujeito.

Aulagnier (1991) destaca a importância nesse processo daquilo que denomina *fundo de memória*. Esta noção diz respeito àquilo que o sujeito poderá recortar de sua história infantil para a manutenção de seu sentimento de continuidade. São os acontecimentos significativos que dão sentido à continuidade do sujeito, como um recorte singular de uma parte de sua própria história. Trata-se de um memorizado afetivo, um fundo vivo de encontros que deixaram marcas singulares e que dizem respeito também ao que o sujeito herdou de gerações anteriores. Somente ancorado nesse *fundo de memória* é que ele poderá renunciar aos objetos infantis na adolescência e abrir espaço para o surgimento de novos investimentos. Desse modo, constatamos que as mudanças se dão sobre um fundo de permanência, sobre uma matriz. O *eu* historiador adolescente terá que se modificar mediante constante ligação com a matriz genealógica para que não se perca o sentimento de continuidade de si. Porém, isto nem sempre será possível.

A referida autora propõe igualmente a noção de *contrato narcisista*, que comporta uma função simbólica cuja operação se encontra justamente vinculada ao encadeamento geracional. Este contrato permite ao grupo ter uma coerência, uma referência compartilhada ao passado. Assim, a família vem dar lugar ao filho, investindo narcisicamente no sucessor, desde que este mantenha os seus valores. O contrato narcisista garante, então, que os novos integrantes do grupo reproduzam os mitos em comum recebendo em troca seu lugar na trama familiar e na cadeia geracional.

Adrián Grassi (2010) indica a relevância da questão da transmissão e da herança na passagem da adolescência quando sustenta que, atingindo a maturidade sexual, o sujeito se torna capaz de ter filhos, de se tornar progenitor. Isso afeta diretamente os pais, mas, de acordo com uma perspectiva mais ampliada quanto à cadeia geracional, afeta igualmente os avós e as gerações anteriores. A adolescência do filho mobiliza, de fato, toda a estrutura familiar, problematizando tudo aquilo que foi transmitido e

herdado, tanto *através* deles (no sentido das gerações anteriores com que o sujeito não teve contato direto) quanto *entre* eles (na relação com os pais, onde há efetivo contato).

Em relação a este processo de transmissão dos pais aos filhos, Aulagnier (1991) destaca dois tipos de violência: a *violência primária*, saudável, e a *violência secundária*, excessiva, com efeitos patológicos. A violência primária consiste num trabalho psíquico ativo, estruturante e necessário, produzido pela mãe que assim antecipa as necessidades da criança. É a ação mediante a qual virá instalar-se na psique da criança uma eleição, um pensamento, uma forma de circulação e de descarga de prazer, motivada pelo desejo que a mãe necessariamente impõe à criança. Já a violência secundária diz respeito ao desejo materno, que seria impeditivo à formação de sua subjetividade. Tem um efeito de captura, não deixando que a criança cresça, e impossibilitando sua alteridade. Encontra-se aqui implícito o desejo inconsciente de imobilidade por parte do outro, que tende a anular a capacidade de pensamento autônomo de seu filho. Esta modalidade de violência psíquica poderia estar na base de determinadas patologias, em especial, nos chamados estados-limites cujo momento de desencadeamento se dá, muitas vezes, na adolescência.

O papel das figuras parentais nos parece determinante quanto à qualidade do processo da adolescência do sujeito. Gutton (1991) se refere ao papel das figuras parentais na adolescência de seus filhos em termos de *apoio narcísico parental*, afirmando que este seria o melhor recurso para os adolescentes lutarem contra sua própria tendência à destruição. Para Marty (2006) o apoio narcísico parental inclui a capacidade dos pais de oferecer a seus filhos adolescentes sustentação necessária para a contenção de sua agressividade, capaz de permitir que o conflito estabelecido com os objetos externos seja progressivamente interiorizado. O modo como os conflitos da infância foram elaborados se mostra aqui essencial, sendo o referido apoio necessário para que essa elaboração venha a se repetir na travessia da adolescência, considerando-se aqui, dentre outros aspectos, as novas aberturas que o conflito edipiano pubertário oferece. O apoio narcísico parental diz igualmente respeito à confiança dos pais na saída de seu filho do processo da adolescência.

Apesar de estarmos especialmente interessados nas inúmeras barreiras psíquicas que deverão ser superadas pelo sujeito na adolescência, constatamos que os pais também não saem “ilesos” nessa travessia subjetiva. Observa André Green (1999) que a entrada dos filhos na adolescência se dá em paralelo à entrada dos pais em outro momento de vida, sendo impossível desvincilhar a adolescência da questão do

envelhecimento parental. Segundo Cardoso (2008), diante do caráter incontrolável dessa transformação, própria à adolescência, mobiliza-se toda a culpabilidade dos pais. De acordo com a autora, merecem destaque nesse contexto a revivência edípica e as modificações sofridas pelos pais diante da mudança do filho com o retorno violento de suas fantasias recalcadas. Assim, reativam-se também nos pais os mecanismos postos em jogo em suas próprias adolescências.

Cardoso (2008) observa ainda que a clínica atual confronta-nos a uma especial dificuldade de apropriação e transformação da herança parental, processo da transmissão psíquica, fundamental na adolescência. Uma das hipóteses que ela levanta, na busca de melhor entender o que aí estaria em jogo, é a presença de intensa proximidade entre pais e filhos, redutora das diferenças geracionais, característica marcante das novas configurações familiares, próprias à atualidade. Ao buscar a juventude “eterna”, os pais acabam por recusar a diferença entre o lugar de adulto (“crescido”) e o lugar de adolescente (“crescente”), o que, em última instância, representa uma recusa de efetiva afirmação subjetiva de sua própria função parental.

A diferença geracional é, portanto, condição essencial para que o adolescente venha a encontrar suporte para poder elaborar o retorno de suas fantasias sexuais recalcadas ameaçadoras e para ter os meios de ir ao encontro da alteridade que habita o seu projeto identificatório. Nesse sentido, muito tem sido discutido na atualidade acerca das consequências do chamado “mundo adolescente”. Como seria possível se diferenciar e sair da adolescência se os valores tidos como bons nesse universo sociocultural são justamente aqueles que cultuam a juventude, os próprios pais desejando se manter na condição de adolescentes?

Considera Baranes (2002) que a adolescência ocupa lugar privilegiado na questão transgeracional, como problemática de fronteiras e de limites, já que nessa travessia o objeto externo reassume a mesma importância tida no tempo mítico do narcisismo primário. O autor utiliza a interessante imagem da troca de pele no reino animal, sustentando ser preciso que o adolescente – para vir a “trocar de pele” – encontre uma proteção, espécie de “casulo” que o apoio parental representa, ou seja, que funcione como base sólida, garantia, de certo modo, de uma transformação sem ruptura narcísica.

Para o mencionado autor, o tempo da adolescência, tempo geracional, encontra o tempo do adulto em seu processo historicizante, encontro que pode, em certos casos, resultar numa crise recíproca entre gerações. Esse tempo de gerações, que normalmente

seria um tempo de transmissão e de transformação do transmitido, tempo genealógico em seu princípio, pode tornar-se patológico. Isto ocorre, muitas vezes, quando aquilo que é transmitido encontra-se permeado por elementos irrepresentáveis, impossíveis de nominar, simbolizar.

Ele traz, então, a sugestiva imagem do jogo da “batata quente”, tão comum em rodas de crianças e adolescentes: consiste em se passar de um ao outro, o mais rápido possível, uma batata tirada das cinzas de uma fogueira, sem se deixar queimar, nem a deixar cair, sendo excluído automaticamente o jogador que erra. A lógica das repetições transgeracionais seria similar, de certa maneira, ao jogo da “batata quente”: o que seria transmitido nessas repetições não seria nada além de um depósito do negativo, conteúdo bruto, não representado, passado sem transformação, de geração em geração, com efeitos patológicos sobre estas.

A dimensão do traumático não pode ser, portanto, desvinculada da dimensão de genealogia, posto que determinados elementos na história do sujeito, no caso, do sujeito adolescente, adviriam da história subjetiva de seus antepassados. Certas mensagens seriam implantadas no universo intrapsíquico do sujeito, sem possibilidade de metabolização, e tenderiam a se perpetuar como “segredos” insistentes em sua própria história. Vemo-nos assim diante de barreiras frente à investigação histórica familiar e que tenderão a constituir obstáculo ao processo de formação de uma identidade própria.

Visando ao aprofundamento do conjunto de questões que levantamos até este ponto de nossa análise, exploraremos, a seguir, a noção de transmissão psíquica geracional, eixo central e especialmente relevante na investigação da questão do traumático na adolescência. Estamos especialmente atentos aos impasses que podem entravar esse processo de singularização subjetiva, tendo em vista a importância nesse processo de uma dimensão intergeracional. Continuaremos a explorar, agora com mais vagar, as possíveis barreiras com que o processo da adolescência pode vir a se defrontar. Para tal, voltaremos a nossa atenção para a noção de transmissão psíquica e, primeiramente, procuraremos situá-la, de modo breve, na obra freudiana.

II.2 – A questão da transmissão psíquica em Freud

Para abordarmos a noção de transmissão psíquica geracional, faz-se necessário destacar o papel da dimensão intersubjetiva, da presença e ausência do outro no processo de constituição subjetiva. Exige também que sublinhemos a questão da

história e da pré-história psíquica de cada um como bases do processo de subjetivação. Esta temática possui extrema relevância em nossa pesquisa, ao longo da qual temos considerado a adolescência como problemática de fronteiras, tendo nesta destacado a fragilidade que seria típica desse processo de transição no que concerne ao manejo da relação eu/ outro, elemento também fundamental na transmissão psíquica geracional.

Nos últimos anos o tema da transmissão psíquica tem sido abordado com vigor no campo psicanalítico para dar conta, principalmente, da presença excessiva das *violências* que caracterizam a clínica contemporânea e as novas configurações subjetivas. Isto porque o processo de transmissão psíquica se encontra nos fundamentos da *violência* que o sujeito pode herdar do universo psíquico do outro e a que não conseguirá dar um destino representacional.

Somos todos portadores de uma herança, situada nas bases de nossa vida psíquica, e que se processa sob um modo inconsciente. A constituição do sujeito só se faz com base naquilo que lhe é transmitido inicialmente pelo outro. Contudo, não é só de positividade que se constitui essa herança primordial constitutiva da vida subjetiva: sempre haverá aí uma porção de negatividade, no sentido da transmissão de elementos não representados no próprio outro e que tenderão a ser passados para as gerações que se seguem. E a quem herda caberá haver-se com isso: “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Goethe, citado por Freud, 1913-1914/1996, p.160).

A questão da herança psíquica foi objeto de investigação no campo da psicanálise desde Freud, e é dele que partiremos para a elaboração dessa questão. Ao longo da obra freudiana, vislumbramos a presença de diversas referências aos aspectos positivos envolvidos no processo de transmissão. No entanto, segundo Inglez-Mazzarella (2006) é principalmente em “Moisés e o Monoteísmo: três ensaios” (1939/1996), que Freud deixará igualmente indicado que haveria uma dimensão negativa no processo de transmissão psíquica, contribuição que nos interessa aqui de modo especial.

Em “Totem e tabu” (1913-1914/1996), Freud ressaltara o quanto a proibição do homicídio e do incesto faziam parte não só da organização social, mas também da realidade psíquica de cada sujeito. No mito da horda primitiva, o assassinato do pai originário pelos irmãos que buscam ter acesso às mulheres do clã e ao Poder faz surgir o sentimento de culpa. Após a realização do crime, foi necessário o advento de uma Lei para que essa história não viesse a se repetir, e outras lutas e mortes não acontecessem.

São enunciados assim dois tabus fundamentais: a proibição de matar o animal totêmico – como representante do pai – e a proibição do incesto. Para Freud, o tabu seria o código não escrito mais antigo da humanidade, vinculado àquilo que constituiria o espaço do desejado e do proibido. Está aí indicada a percepção de Freud de que os desejos sexuais dividem os homens, e por isso eles precisariam ser regidos por leis passíveis de garantir a organização psíquica e social.

Esse assassinato também instituiria o sujeito como herdeiro do crime dos ancestrais. O sentimento de culpa que daí advém seria compartilhado por todos:

Um acontecimento como a eliminação do pai primevo pelo grupo de filhos deve inevitavelmente ter deixado traços não erradicáveis na história da humanidade e, quanto menos tenha vindo a ser lembrado, mais numerosos terão sido os substitutos a que deu origem (Freud, 1913/1914, p.157).

Freud levanta a hipótese de uma herança de disposições psíquicas, pressupondo, desse modo, uma mente coletiva: argumenta que se fosse necessário a cada geração reconstruir os processos anteriores, não haveria evolução. Apesar de não se interessar muito nesse período pela continuidade da vida mental das gerações, constatamos que em suas hipóteses está suposta a presença de estreita articulação entre a dimensão intersubjetiva e a intrapsíquica, apontando para um sentido positivo da transmissão psíquica geracional.

Afirma Freud que nem mesmo o recalque bem-sucedido seria capaz de eliminar os vestígios, o que possibilita a formação de elos entre gerações também pela via desse mecanismo de defesa. Na citação que se segue, fica clara a dimensão intersubjetiva na qual o outro seria capaz de desvelar aquilo que seria obscuro para o próprio sujeito:

Se assim for, portanto, podemos presumir, com segurança, que nenhuma geração pode ocultar à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise nos mostrou que todos possuem, na atividade mental inconsciente, um *apparatus* que os capacita a interpretar as reações das outras pessoas, isto é, a desfazer deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos. Uma tal compreensão inconsciente de todos os costumes, cerimônias e dogmas que restaram da relação original com o pai pode ter possibilitado às gerações posteriores receberem sua herança de emoção (Freud, 1913/1914, p.160).

Inglez-Mazzarella (2006) nos aponta que não resta dúvida que nesta citação Freud se refere ao processo de transmissão através das gerações e à dimensão da intersubjetividade. A questão da transmissão é também objeto de interesse de Freud em outra passagem de sua obra, pela via narcísica. Em “Sobre o narcisismo: uma

introdução” (1914/1996) indica que a possibilidade de continuidade nos filhos ancora-se na segurança dos pais ao se depararem com sua própria finitude, mortalidade do eu. O nascimento de um filho não apaga, mas oculta a sua própria finitude através da promessa de imortalidade depositada por eles na criança. O narcisismo dos pais é transformado em amor objetal pelo filho, como vimos anteriormente, estando na base da estruturação da criança. Os pais transmitem aos seus herdeiros os sonhos de desejos insatisfeitos com a esperança de que a geração seguinte possa realizar o que não foi realizado por eles, possa fazer o que não pôde ser feito.

Segundo Kaës (2001), para assegurar o seu pertencimento à família, a criança precisará compartilhar desses sonhos pré-históricos (tramados antes mesmo de seu nascimento). A princípio a criança necessita ocupar um lugar pré-existente, repleto de sonhos insatisfeitos, submerso nas palavras e desejos dos pais – os quais já ocuparam também esse lugar em relação às suas próprias figuras parentais. A pré-história funda, portanto, o originário e se inscreve na intersubjetividade, e somente a partir disso a criança poderá vir a ocupar um lugar a *posteriori*.

Correa ressalta que Freud assinala nesse texto, dedicado ao conceito de narcisismo, a continuidade da vida psíquica entre gerações e, a este respeito, nos fala dos diversos mecanismos de identificação, ligados, a princípio, ao sintoma. O indivíduo é considerado como sendo “a si mesmo seu próprio fim” (Correa, 2000a, p. 63) e estando submetido a uma corrente geracional, beneficiário e herdeiro de um conjunto intersubjetivo.

Em “O estranho” (1919), Freud propõe a ideia de algo assustador que remeteria ao familiar. A partir da discussão sobre o animismo característico dos povos primitivos e das crianças, vem a explorar o fenômeno do duplo, de grande relevância no que concerne à articulação da problemática da identificação com a de transmissão psíquica.

Devemo-nos contentar em escolher aqueles temas de estranheza que se destacam mais, ao mesmo tempo em que verificamos se também podem ser facilmente atribuídos a causas infantis. (...) Ou é marcada pelo fato de que o sujeito identifica-se com outra pessoa, de tal forma que fica em dúvida sobre quem é seu self, ou substitui o seu próprio self por um estranho. Em outras palavras, há uma duplicação, divisão e intercâmbio do self. E, finalmente, há o retorno constante da mesma coisa – a repetição dos mesmos aspectos, ou características, ou vicissitudes, dos mesmos crimes, ou até dos mesmos nomes, através das diversas gerações que se sucedem (Freud, 1919/1996, p. 252).

Nesse texto, Freud relaciona a questão do retorno do recaiado à dimensão de transmissão psíquica. Mostra que a identificação que extrapolaria o traço do objeto pode chegar a confundir o sujeito sobre sua identidade: seria ele, ele mesmo ou seria ele o outro? Ao abordar a questão dos nomes repetidos através de diferentes gerações, Freud nos faz pensar sobre a possibilidade de a sombra do duplo ancestral recair sobre o sujeito. O lugar criado para o recém-nascido remete-o drasticamente ao lugar do outro na história familiar e, para tornar-se sujeito, ele terá que desencarnar, se descolar desse fantasma (Inglez-Mazzarella, 2006).

Segundo Cardoso (2002), no artigo “O estranho” Freud se interroga sobre certos elementos que se situariam, no aparelho psíquico, aquém do recaiado, anunciando já indiretamente a emergência do conceito de pulsão de morte, proposta logo a seguir, em 1920. Mostra a autora que a partir do fenômeno do *duplo*, com seus aspectos persecutórios, Freud supõe uma divisão entre essa instância e o ego. Já existiria aqui, portanto, a ideia de impossibilidade de apropriação por parte do ego de uma alteridade interna radical. E poder-se-ia igualmente observar nesse momento da obra freudiana um esboço dos conceitos de superego e da compulsão à repetição, operadores centrais para a emergência da pulsão de morte e do modelo do segundo dualismo pulsional.

Na segunda tópica Freud inserirá outros conceitos também referentes à problemática da transmissão psíquica: o id hereditário, o ego como oriundo do id, e o superego como herdeiro do complexo de Édipo. Em “Além do princípio do prazer” (1920/1996), passa a conceber o trauma como excesso de excitações no psiquismo, que rompem a sua barreira de proteção. Este texto também teoriza a noção de compulsão à repetição e sua presença nas neuroses de destino. Ambas falam de uma procura eterna de inscrição de elementos que estariam além da representação.

Em “O ego e o id” (1923) mostra Freud que o ego deve obedecer a três senhores: a realidade externa, o id e o superego. Ele recorre nesse texto mais uma vez à filogênese para afirmar que embora as experiências de cada ego sejam únicas para cada sujeito, ao serem repetidas com força e frequência suficientes ao longo da história, transformam-se em experiências do id. Como tais, como resíduos de vários egos ao longo das gerações, elas podem ser herdadas. Freud avança ainda mais nessa direção ao sustentar que a formação do superego se dá por meio do id, como diferenciação deste último. Assim, o superego seria a fonte da revivescência de “antigos egos”. Vislumbramos aqui, mais uma vez, importante referência na obra freudiana quanto à evolução da noção de transmissão psíquica geracional.

Porém, conforme apontamos anteriormente, será somente em “Moisés e o monoteísmo” (1939/1996) que Freud virá a abordar a face *negativa* do processo de transmissão psíquica. Trata-se de uma vertente especialmente relevante da questão e que nos remete, uma vez mais, a um plano situado aquém do recalçamento. Ao explorar o processo de deformação do texto sagrado, afirma Freud que o que nele vem a ser suprimido ou renegado aparecerá em outro lugar, ou seja, haverá deformação daquilo que foi ocultado. Na análise da história de Moisés, Freud supõe que o fato de lhe ter sido ocultada sua origem em grande parte de sua vida seria a causa das passagens enigmáticas do texto sagrado. Esta seria a prova de que algo “clivado” poderia exercer poderoso efeito no psiquismo de um povo.

Os efeitos traumáticos daquilo que veio a ser ocultado da esfera egoica permanecerão como “corpo estranho” radical no psiquismo das próximas gerações. Vemos que Freud se detém aqui na vertente negativa envolvida no processo de transmissão psíquica através da suposição da presença de um corpo estranho radical no aparelho psíquico, distinto daquele que teria sido objeto do mecanismo de recalque. Freud toca aqui justamente na questão da transmissão de uma “herança arcaica” para dar conta daquilo que operaria no nosso psiquismo sem que houvesse uma vivência direta. Ou seja, os “traços” de memória das gerações anteriores permaneceriam em nós, e esta herança independeria da comunicação direta e da educação. No referido texto, a tradição a que Freud se refere no judaísmo seria justamente dessa ordem: a herança arcaica dependeria da importância da natureza do acontecimento e da frequência com que se repete, podendo ver preservado nos sujeitos aquilo que foi experimentado por seus antepassados.

Após este sintético percurso da questão da transmissão na obra freudiana, de como esta teorização vai evoluindo desde aí, daremos continuidade à nossa investigação com a contribuição de outros autores, herdeiros de Freud. Já podemos avançar que a partir da década de 1970 passa a haver interesse cada vez maior sobre essa questão, principalmente quanto à vertente negativa do processo de transmissão psíquica, considerações deixadas, de certa forma, “em aberto”, por Freud.

II.3 – A transmissão do negativo

As formulações de Kaës (2001) constituem uma das principais bases no estudo da transmissão psíquica entre gerações. Apesar das controvérsias que costuma gerar na

teoria psicanalítica, em nosso entender, esta noção possui valor incontestável, tendo sido defendida e fortemente desenvolvida pelo autor. Kaës postula que o sujeito do inconsciente, sujeito da psicanálise, não seria determinado apenas pelo que se operaria no espaço intrapsíquico; ele não seria, pois, “um fim para si mesmo”. Destaca o autor, então, a relação do sujeito com a intersubjetividade, já que ele é precedido por sua família, por seu grupo, nos quais não escolhe ser incluído.

Kaës (2001) diferencia três territórios da transmissão psíquica a serem investigados: *transmissão intrapsíquica*, *intersubjetiva* e *transpsíquica*. A primeira diz respeito ao que é transportado de uma instância à outra no interior do aparelho psíquico. Já a segunda se refere às relações imaginárias, simbólicas e reais: operações como o narcisismo e o complexo de Édipo, que garantem a constituição psíquica e os processos identificatórios do sujeito.

Mas a vertente que mais nos interessa é a *transmissão transpsíquica*, que se vincula ao excesso traumático, marcas impossíveis de serem introjetadas e simbolizadas. Mostra Kaës que o que se transmite *entre* sujeitos não seria da mesma ordem que aquilo que se transmite *através* deles: entre os sujeitos existiria o obstáculo do objeto e a experiência de separação. A transmissão transpsíquica supõe, portanto, a abolição dos limites e espaços subjetivos, ou seja, os obstáculos acima citados seriam evitados em favor da exigência do narcisismo.

Constatamos que esta vertente da transmissão encontra-se em sintonia com as investigações de Freud sobre a hipnose, a sugestão, a telepatia, o “contágio” e a “infecção” psíquica (termos do próprio Freud), o contato direto e a transmissão de pensamento, temas que atravessam toda a sua obra.

Em relação às diferentes modalidades envolvidas no processo de transmissão psíquica conforme definidas por Kaës (2001), Saviotto (2006) pontua ainda que o sujeito seria capaz de usufruir da linguagem e do discurso das gerações anteriores por meio daquilo que herda no processo de transmissão intersubjetiva. Isto porque esta dimensão implica a apropriação da herança, com sua consequente utilização para os próprios fins do sujeito. No entanto, o que é transmitido no âmbito da dimensão transpsíquica incapacitaria o sujeito quanto a disso se apropriar, e nele tenderia a subsistir como um “estrangeiro” que lhe foi imposto pelo outro.

É importante notar que a designação dessas diferenciações existentes entre os campos da transmissão psíquica podem variar na descrição proposta pelos diversos estudiosos do tema. Abraham e Torok (1995), por exemplo, diferenciam dois tipos de

transmissão, ambas interligadas: *intergeracional*, espaço de metabolização do material psíquico transmitido pela geração mais próxima e que será transformado e passado adiante; e *transgeracional*, referida ao material psíquico da herança não simbolizada, não transformada, apresentando lacunas e vazios que serão transmitidos atravessando gerações.

Assim como na perspectiva de Kaës (2001), na transmissão psíquica *intergeracional* haveria o contato direto, geralmente entre pais e filhos e haveria transformações dos elementos que seriam transmitidos de uma geração para a outra, permitindo que a geração mais nova pudesse fazer da herança recebida algo próprio. Já na transmissão psíquica *transgeracional*, segundo os autores, não haveria contato direto, pois se trata de gerações passadas transmitindo para as gerações presentes. Nesse caso, o material não viria a ser transformado, pois constituiria um não simbolizado, vinculado, em última instância, a segredos, a não-ditos, indizíveis.

Kaës (2001) postula a ideia de negatividade radical no processo de transmissão psíquica. Esta se daria não somente a partir do que falha e falta, mas principalmente a partir do que não adveio no psiquismo como representação, portanto, como ausência de inscrição. Vale sublinhar que o autor amplia, desse modo, o campo da noção de transmissão acrescentando a questão da presença de elementos congelados, enigmáticos, elementos brutos sobre os quais não se pode operar trabalho algum de simbolização.

Na transmissão do negativo, opera-se aquilo que não pôde ser contido, o que não se constituiu como lembrança e que não teria, então, encontrado inscrição na vida psíquica dos próprios pais e das gerações precedentes, vindo a depositar-se ou enquistar-se no psiquismo da criança. Por exemplo, a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos pelos quais não se realizou trabalho de luto ou dos quais nunca se falou.

Os elementos que não puderam ser representados tendem a ficar aprisionados no psiquismo daqueles que os recebem, e com o imperativo de se repetirem em sua vida subjetiva. Instalam-se no aparelho psíquico e, segundo o autor, pressupõem um “não trabalho” egoico no âmbito do processo de transmissão psíquica, no sentido de uma apropriação. A dimensão transpsíquica que o processo de transmissão comporta, na qual os elementos não são transmitidos *entre* os sujeitos, mas sim *através* deles, supõe a abolição do espaço e dos limites subjetivos e aponta, portanto, para o caráter “negativo” nesse processo de transmissão psíquica, ou seja, aponta para a questão da não apropriação da herança advinda do outro, indicativa, nesse sentido, da ideia de um “não trabalho” psíquico.

Para Kaës (2001), a patologia da transmissão psíquica, como ele denomina essa situação, afetaria os sujeitos em sua constituição, mas seria construída na relação intersubjetiva e sustentada por um *pacto de denegação*. Este é o que vem se impor em todo laço intersubjetivo, como uma espécie de “acordo inconsciente sobre o inconsciente” (p.20) que garante a organização do laço, mas que comportaria também um polo defensivo. Cada conjunto particular se organiza positivamente sobre os investimentos mútuos, sobre uma comunidade de ideias e crenças, sobre um contrato narcísico, sobre as modalidades toleráveis de realização de desejos. Por outro lado, cada conjunto também se organiza negativamente sobre uma comunidade de renúncias e sacrifícios, sobre apagamentos, rejeições, sobre um “deixado de lado” e sobre restos. O *pacto de denegação* contribuiria para essa dupla organização.

Ao chamar atenção para a importância desse pacto de denegação no estabelecimento do laço intersubjetivo, o autor considera o processo de transmissão como um imperativo psíquico: o fenômeno é tratado aqui como urgência, como impulso em transmitir, relacionado a um imperativo psíquico incoercível.

A necessidade de transmitir conteúdos psíquicos através das gerações seria resultante de exigências pulsionais inconscientes onde permanecem, ora exigências narcísicas de conservação e continuidade da vida psíquica, ora do ideal do ego e do superego, ou seja, a transmissão de proibições fundamentais. De uma maneira ou de outra, sempre haveria a necessidade de *transferir-transmitir* a outro psiquismo o que não pode ser mantido no próprio sujeito. Assim, a transmissão não se fundaria no conteúdo em si daquilo que é transmitido, mas no próprio ato e necessidade psíquica de transmitir.

Apesar da importante contribuição de Kaës para o campo da transmissão psíquica, é importante ressaltar que, antes de seus aportes, o surgimento oficial do estudo dessa noção em psicanálise se dá em 1971 com a publicação de “*A casca e o núcleo*” de Nicholas Abraham e Maria Torok. Estes autores, de algumas de cujas contribuições nos ocupamos acima, se apoiaram inicialmente nos trabalhos de Ferenczi para traçar uma distinção entre as noções de introjeção e incorporação, distinção que se revela fundamental na compreensão de determinadas configurações psicopatológicas.

Elaborando a questão da distinção entre estas duas noções, partindo justamente de Abraham e Torok, sublinha Savietto (2006) que a introjeção estaria na base dos processos identificatórios, e representaria a integração, na esfera egoica, de traços pertencentes ao objeto. A introjeção possibilitaria a assimilação das qualidades do

objeto, de acomodação destas no universo psíquico do sujeito, contribuindo para o enriquecimento egoico.

De acordo com Abraham e Torok, a aspiração à introjeção não seria da ordem da compensação, mas do crescimento: buscaria introduzir a libido inconsciente, anônima ou recalcada, alargando-a e enriquecendo-a. Além disso, não se trata, no caso, de “introjetar” o objeto, como se poderia supor, mas, o conjunto das *pulsões* e de suas vicissitudes cujo objeto é o próprio contexto e mediador (Abraham & Torok, 1995, p. 222).

A *incorporação* designa um mecanismo fantasístico que opera como *introjeção* frustrada. Ocorre quando a introjeção se revela impraticável, isto é, quando o objeto idealizado se mostra incapaz de cumprir a função de mediação necessária para que suas qualidades sejam metabolizadas pelo ego. Na incorporação, o objeto é tomado por uma via direta, instalado em si, sem transformação ou metabolização, no psiquismo do sujeito. O objeto é, portanto, incorporado no lugar do objeto perdido não colaborando para a ampliação do eu, mecanismo que estaria na origem de múltiplas repetições (Correa, 2000b).

A incorporação mantém o objeto instalado no psiquismo e constitui uma defesa, uma resistência ao trabalho de luto e às mudanças que neste estariam implicadas. Segundo Landa (1999), a *incorporação* se faz presente quando se dá uma perda súbita de um objeto narcisicamente indispensável, perda cuja característica é interditar a comunicação. As perdas narcísicas que têm a *incorporação* como destino seriam aquelas que não poderiam ser confessadas como perdas. Segundo o autor, “apenas no caso de um luto inconfessável, indizível, haverá no interior do sujeito uma tumba secreta” (Landa, 1999, p. 227).

Para Abraham e Torok, para que se introjete algo é preciso que este elemento passe pela linguagem, o que só pode ocorrer mediante o auxílio de um objeto detentor desta habilidade. Assim, a introjeção “só pode se operar com a assistência constante de uma mãe que possua a linguagem” (Abraham & Torok, 1995, p. 246). Se pensarmos que se trata aqui do registro do irrepresentável no próprio outro, quando determinados elementos em seu próprio psiquismo não foram representados nem recalcados, ou seja, trata-se de marcas traumáticas referentes àquilo que nele não conseguiu se ver investido de um sentido, como seria possível o acesso da criança à simbolização desse conteúdo?

Savietto (2006) segue fazendo o seguinte questionamento: o objeto deve ser mediador de sua própria introjeção; mas como mediar a introjeção de elementos que

nele próprio não puderam ser simbolizados? A introjeção, portanto, não é passível de ser operada quando o objeto não possui as condições necessárias para servir de mediador da introjeção de seus próprios elementos traumáticos.

Na obra de Abraham e Torok, a questão do indizível (e, portanto, da incorporação) é articulada às dimensões de vergonha e de segredo. A importância dessa última dimensão nos estudos destes autores é marcante e, a este propósito, vale lembrar que ambos foram testemunhas da grande catástrofe social do nosso tempo: o Holocausto. Diante de tamanho horror vivenciado na realidade, criou-se uma ruptura no tecido simbólico, o que só poderá ser representado através de um trabalho de memória, na produção de algum nível de nomeação.

Para os autores, o não reconhecimento da extensão dessa realidade pelos outros – família, social – promove verdadeiros “rombos” no processo de constituição psíquica. Se não se pode falar, colocar em palavras o excesso traumático, o sujeito tenderá a transmitir o conteúdo em “bloco” para a geração seguinte, transmissão que se opera aqui em sua vertente negativa.

O traumático é definido por eles como impossibilidade de inscrição do horror experimentado na realidade, que segue sendo transmitido sem ser representado. Nota-se que a ênfase nessa contribuição incide sobre a vertente negativa do processo de transmissão psíquica. Em um colóquio em homenagem a Nicholas Abraham e Maria Torok, Correa (2000b) sublinha a importância da contribuição deles para essa temática. Estes autores elaboraram conceitos-chave na clínica psicanalítica contemporânea, tais como os efeitos dos segredos de família atravessando as gerações (clínica do fantasma ou assombração), o luto impossível de uma pessoa significativa (tornando-se patológico), a identificação secreta com um outro (fantasma da incorporação), e o enterro intrapsíquico de uma vivência vergonhosa intraduzível (cripta). Estas noções são fundamentais para a questão da transmissão psíquica geracional (Correa, 2000b p. 9).

O conceito de cripta é central na obra desses autores. Para eles, a cripta se encontraria entre o inconsciente e o eu como uma espécie de inconsciente artificial instalado no seio do próprio eu. Na cripta, o desejo encontra-se enterrado sem conseguir renascer ou morrer, e nela não se diferenciam passado e presente nem vida e morte. Seu conteúdo não é passível de ser posto em palavras e tenderá a ser transmitido em estado bruto através das gerações.

Savietto (2006) sublinha que a construção de uma cripta estaria intrinsecamente atrelada ao mecanismo da incorporação, levando em conta que Abraham e Torok

consideram que uma cripta só é construída quando há impossibilidade de se realizar o trabalho de luto de determinado objeto. Vimos anteriormente que o mecanismo de incorporação resulta exatamente de uma resistência ao trabalho de luto e às mudanças neste implicadas. Na construção de uma cripta o sujeito esquia-se de admitir a perda do objeto; em vez disto, incorpora o objeto e o “guarda” no interior da cripta.

Segundo Landa (1999), a cripta implica uma clivagem do eu, resultando em uma instância cuja função essencial é a manutenção de um segredo, que deverá ser guardado intacto, desconhecido da instância em que a cripta se aloja, e de todo olhar estrangeiro. A cripta irá constituir um fantasma que o descendente transportará sem o saber, fruto de sua inserção em uma família que carrega tal segredo.

A categoria de fantasma é outra configuração psicopatológica formulada por Abraham e Torok que diz respeito a um segredo da família capaz de produzir efeitos na vida psíquica do sujeito o qual, apesar de ser representante de uma nova geração, será afetado pelo segredo pertencente a gerações anteriores. Os ditos “fantasmagóricos” não podem ser integrados à vida psíquica do novo ser, levando à presença, no interior de seu psiquismo, de elementos intraduzíveis. Estes permanecem, portanto, desintegrados do restante de seu conteúdo psíquico, representando uma parte da herança da qual não é possível se apropriar, parte não introjetável da bagagem herdada do outro.

Como pudemos acompanhar no modelo de Kaës (2001) e nas formulações de Abraham e Torok (1971), os diferentes campos da transmissão comportam reflexão acerca do processo de identificação, este sendo um dos mecanismos fundamentais do processo de constituição psíquica. Segundo Baranes (2002), a ligação entre a noção de transmissão psíquica e o conceito de identificação é tão fundamental que o autor considera o “transgeracional” como sendo o próprio princípio da identificação.

A identificação é um mecanismo fundante e de natureza inconsciente no qual o sujeito se apropria de traços do objeto, como forma de “compensação” pela necessidade de a ele renunciar. A identificação diz respeito principalmente à questão da alteridade, àquilo que o eu recebe do outro e por isso se entrecruza como processo de transmissão psíquica. Na identificação, há apropriação por parte do sujeito, uma vez que aquilo que recebe do outro pode ser assimilado. Já no caso da transmissão psíquica, em sua vertente negativa, ou mais especificamente da transmissão transpsíquica, não há possibilidade de assimilação, de elaboração por parte do ego. O traumático recebido como herança não é passível de ser representado e, nesse sentido, não haveria possibilidade de efetivo movimento identificatório.

Acrescenta Correa (2000a) que no campo da transmissão do negativo, a função de contenção e de elaboração do grupo familiar vê-se comprometida nas diversas situações de violência, tanto no plano intrafamiliar quanto no político-social, como em guerras, genocídios, ditaduras, miséria. Como consequência, poderia se dar uma série de traumatismos cumulativos que resultariam, aliados a outros fatores, em variadas patologias no âmbito da transmissão geracional. Ainda segundo a autora, o silêncio da violência ou ruptura dos diversos vínculos geracionais seriam o denominador comum que percorre a falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações e no tecido grupal comunitário, limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização nos quais vem se organizar uma cadeia de significantes. Um exemplo revelador desse aspecto seria o das vítimas ou parentes dos desaparecidos na Argentina ou do Holocausto judeu no período nazista (Correa, 2000a, p. 65).

Na tentativa de lidar com essas “rachaduras” geracionais e sociais, são acionadas defesas específicas como denegação, clivagem, projeção, que tentam minimizar os efeitos da presença, no psiquismo, dos elementos traumáticos. E esse contexto é terreno fértil para as formações do tipo que indicamos como sendo da ordem do segredo, muitas vezes permanecendo como herança para futuras gerações.

Os segredos consistem em histórias não verbalizadas, mas insistentes, que “confundem” a nova geração – que deverá, no entanto, se individualizar no meio destes enigmas que marcam a história da família e da sociedade. Entretanto, para a referida autora, é preciso que se diferenciem pelo menos duas categorias do segredo: o não-dito proibido de dizer e o não-dito inominável.

No primeiro caso, estamos diante de um: “disso não se fala”, ou seja, o segredo como interceptação do dizer, como proibição deliberada que pressupõe uma interdição. Haveria aí algo que precisaria ser ocultado, normalmente por estar associado à vergonha ou à culpa. Embora não ditas, essas histórias tendem a insistir nas gerações seguintes sob forma de recalcado, que pode vir a retornar.

Já o *não-dito inominável* concerne a algo que não pôde ser falado por não haver palavras para tal: o segredo se situa aqui aquém do registro do inscrito, à margem da representação. Assim, transitaria entre gerações como indizível, não ligável, enquistado, fadado à repetição na tentativa de se fazer representar. Seriam comparáveis aos sonhos traumáticos os quais permanecem insistindo, sem encontrar saída no âmbito da elaboração psíquica.

Granjon (2000) ressalta o caráter traumático e também alienante desses vividos não elaborados, transmitidos às gerações seguintes sem poder ser pensados, contidos, representados. Por ultrapassar a barreira da simbolização, essas vivências são transmitidas por outras vias, que não a do recalque, situando-se, portanto, “além do princípio do prazer”.

A mencionada autora (Granjon, 2000) destaca ainda o poder alienante dos acontecimentos dolorosos, onde aquilo que se refere ao inumano seria impossível de ser nomeado. A título de exemplo, relembra também as vítimas dos horrores do Holocausto e a dificuldade de se falar sobre tal evento com as gerações seguintes como se, neste caso, o dizer fosse, de certa forma, fazer novamente existir. É importante destacar que o dizer também poderia aqui possibilitar algum trabalho de elaboração, retirando o sujeito da passividade absoluta pelo fato de ele mesmo poder narrar a sua versão da história.

Ao longo do presente capítulo, exploramos, especialmente, os aspectos negativos do processo de transmissão psíquica, onde insiste um caráter excessivo, a presença “em bloco” de determinados elementos que advêm do outro, sem encontrar no ego do sujeito uma via de elaboração, herança psíquica que não consegue vir a ser transformada. Supomos, desse modo, a insistência no universo psíquico desses sujeitos, de um negativo da identificação, através do qual se opera a tomada de marcas traumáticas da vida subjetiva do objeto: é como se essas viessem “em bloco”, invadindo o ego e impossibilitando representação e trabalho psíquico e de pensamento.

Através da análise que realizamos no capítulo, vislumbramos um frutífero caminho para explorarmos a relação entre a questão das fronteiras psíquicas e a questão da impossibilidade de separação na adolescência, incluindo em nossa reflexão a noção de transmissão do negativo. Consideramos que a chave para o estabelecimento dessa relação reside justamente na presença do excesso traumático. O trabalho de separação e identificação na adolescência e de seus impasses nos parece entrecruzado com o processo de transmissão psíquica geracional.

Nem sempre o sujeito é capaz de se apropriar do sentido daquilo que herda, ou seja, que por vezes o ego não consegue assimilar como próprio tudo aquilo que lhe é “implantado”, não sendo capaz de metabolizar todos os elementos advindos do outro. Na transmissão transpsíquica de elementos inomináveis, o processo de transmitir perde seu caráter estruturante, assumindo caráter alienante, de modo que o que é transmitido atravessa o inconsciente das gerações, tendendo a se impor em estado bruto nos descendentes.

Apresentaremos, a seguir, uma reflexão mais minuciosa da seguinte questão: de que modo a questão da transmissão do negativo pode iluminar o entendimento dos impasses da adolescência?

Capítulo III

Impossível separação e herança do outro: um “congelamento” do tempo?

No primeiro capítulo desta dissertação mostramos que a adolescência constitui uma problemática de fronteiras, nela sublinhando, portanto, a dimensão de alteridade, tanto no plano intrapsíquico como no intersubjetivo. Ressaltamos a dificuldade do trabalho de separação nessa experiência subjetiva, levando em conta aspectos narcísicos e edipianos. No segundo capítulo, exploramos a noção de transmissão psíquica geracional, enfatizando o caráter traumático dos elementos herdados através de gerações anteriores, marcas traumáticas que constituem obstáculo aos processos de elaboração psíquica. Retomaremos no presente capítulo a questão da transmissão psíquica geracional, mas com o objetivo, agora, de articulá-la de modo mais direto com o trabalho de separação que tem lugar na adolescência.

Para desenvolver estas questões, nos deteremos na questão da temporalidade psíquica. Quando o sujeito não consegue se apropriar e se separar daquilo que é herdado do outro, o tempo tende a permanecer congelado, resultando, dentre outras consequências, uma neutralização da diferença geracional. Uma “adolescência interminável” pode ser um dos destinos dessa situação traumática, desestruturante. Para o eterno adolescente, o futuro não existe; ele está perdido no limbo, sem possibilidade de se historicizar e se separar (Marty, 2005).

III.1 – Transmissão psíquica e seus impasses na adolescência

Nosso interesse se volta aqui mais uma vez para a questão do trauma na adolescência, eixo central de nossa dissertação: quando os sujeitos se veem impossibilitados de realizar o trabalho de separação, exigência dessa experiência de ruptura e, principalmente, de abertura ao novo que a adolescência comporta, isto se deve, em inúmeros casos, à permanência em seu universo psíquico de elementos não elaborados advindos de gerações anteriores, os quais tenderão a enterrar essa importante experiência do processo de subjetivação.

De acordo com o que temos sustentado, a adolescência implica o encontro com a genitalidade e a operação do narcisismo, considerando-a em toda a sua amplitude, constitui a peça-chave nesse movimento pulsional em direção ao genital. Abordar o trabalho de identificação e de separação na adolescência significa, em primeiro lugar, destacar os aspectos narcísicos em jogo na travessia da adolescência. É neste sentido que Marty (2002, citado por Savietto, 2006, p. 19) propõe a noção de “transação narcísica”, ferramenta de significativa relevância na construção das ideias que iremos desenvolver no presente capítulo.

As “transações narcísicas” dizem respeito ao posicionamento vacilante do adolescente entre dois registros: o narcísico e o edipiano. Trata-se da negociação e do trabalho que o sujeito realiza transformando o investimento narcísico para alcançar o remanejamento identificatório demandado na adolescência. O sucesso dessa operação garantirá a possibilidade de se escapar de um vivido de despersonalização dando os meios para um movimento de reapropriação subjetiva. A qualidade das relações objetais primárias é determinante para a solidez narcísica do sujeito, garantidora, em grande parte, do sentimento de continuidade do ser nesse momento em que o remanejamento identificatório encontra-se particularmente exigido.

Marty (2002, citado por Savietto, 2006) relaciona o fracasso da transação narcísica à falta do apoio narcísico parental. O suporte parental é crucial para que a “transação narcísica” seja efetivada. Para vir a investir em novos objetos, o sujeito deverá abandonar as figuras parentais na posição de objetos de desejo, mas vale notar que essas figuras desempenham essencial função na realização dessa tarefa.

A renúncia aos objetos de desejo incestuosos comporta amplo e profundo remanejamento do referencial identificatório. As relações objetais deverão funcionar como apoio interno dado que a permanência das identificações primárias é o que assegura o sentimento de continuidade do ser, ou seja, é isso que permitirá que o sujeito não venha a experimentar um vivido despersonalizante diante das múltiplas mudanças impostas pela condição da adolescência. Para que o sujeito possa dirigir aos novos objetos o investimento antes endereçado aos objetos primários, isto é, para que ele possa estabelecer identificações secundárias que lhe permitam forjar uma identidade adulta, revela-se indispensável a construção de outros modelos identificatórios, diferentes dos parentais (Savietto, 2006).

Em determinados casos, o trabalho de “transação narcísica” não se dá de forma bem-sucedida, impedindo que o sujeito consolide de modo satisfatório a sua identidade

no decorrer da adolescência. Isso resulta, dentre muitos outros fatores, de uma falha na constituição das bases narcísicas, que pode estar ancorada, por sua vez, na precariedade do suporte parental. Isto tenderá a dificultar a realização de efetiva consolidação do trabalho de identificação e de introjeção na adolescência, implicando, como vimos anteriormente, a predominância do mecanismo de incorporação de elementos traumáticos advindos do outro.

A adolescência se fundamenta na exigência de um trabalho identificatório e de separação, o que coloca em questão os destinos da herança do outro no universo psíquico do sujeito. Quando aquilo que é herdado dos pais e das gerações anteriores não pôde ser devidamente apropriado pelo ego, estas marcas traumáticas tendem a permanecer no psiquismo do sujeito como uma espécie de enclave, de “cripta”, promovendo, muitas vezes, apelo por parte do ego, a defesas do tipo elementar, particularmente aquelas nas quais os registros do ato e do corpo são prevalentes em detrimento de respostas que pressupõem processos de representação e de elaboração psíquica.

A apropriação da “herança do outro” se torna especialmente problemática quando os elementos transmitidos encontram-se no próprio outro com o estatuto de intraduzível/irrepresentável, conforme apontamos na análise que realizamos anteriormente da noção de incorporação e de transmissão do negativo. Em relação à precariedade do trabalho identificatório na adolescência e sua ligação com a transmissão de elementos traumáticos pelo outro, vale aqui retomarmos a noção de cripta.

No capítulo anterior, observamos que a construção de uma cripta está diretamente relacionada ao mecanismo de incorporação, ou seja, quando há obstáculo à realização do trabalho de luto do objeto e o sujeito, ao invés de assumir sua perda, “guarda-o” no interior da cripta. Esta passa a ser depositária de elementos irrepresentáveis das gerações anteriores, marcas traumáticas que, no entanto, não permanecerão silenciadas no psiquismo do sujeito que as recebe. Apesar de tenderem a ser enfurnadas no interior da cripta, em seu psiquismo elas se farão revelar, produzindo ruidosos efeitos. Lembremo-nos que na adolescência tem lugar significativo remanejamento dos referenciais identificatórios, operação essencial para que o processo de subjetivação se consolide em sua nova condição rumo à vida adulta. Isto exige indispensável elaboração do luto das figuras parentais da infância.

III.2 – O poder do outro no interior do psiquismo

Para melhor trabalharmos a questão dos entraves que podem ocorrer nesse fundamental processo que é a separação na adolescência, faz-se necessário investigarmos a natureza das mensagens transmitidas como material “intraduzível” através de gerações, e que viriam constituir como que enclaves no psiquismo do receptor. Para tal, nos apoiaremos nas contribuições de Laplanche (1988) em sua “teoria da sedução generalizada” na qual um dos elementos centrais é a categoria de “mensagem enigmática”. Trata-se de mensagens advindas do inconsciente do outro, mensagens não somente verbais, mas também pré-verbais. Dentre elas podemos destacar aquelas veiculadas através do olhar, do toque, dos cuidados e do investimento materno.

A criança é confrontada desde seu nascimento com um adulto “sedutor”, que lhe transmite mensagens de caráter sexual que são, para ela, enigmáticas, uma vez que o são também para o próprio adulto. O processo tradutivo que o ego da criança irá acionar, dirigido a essas mensagens, será sempre incompleto, já que as mensagens enigmáticas ultrapassam sua capacidade de ligação, configurando, segundo o referido autor, uma situação de passividade originária, própria à constituição psíquica.

Segundo Laplanche (1988), há dois processos de transmissão de mensagens, ambos comportando caráter traumático: a *implantação*, vivenciada por todos, sendo constitutiva do psiquismo e do próprio processo de recalque, e a *intromissão*, que possui caráter disruptivo, por envolver um excesso pulsional intraduzível pelos meios psíquicos de que dispõe o ego do sujeito, no sentido da tradução e do recalque. É preciso conceber um processo comum, estruturante, e sua variante violenta (Cardoso, 2002, p. 106). Pode haver um fracasso parcial da tradução – o recalado – e um fracasso em traduzir – mensagens intraduzíveis que nem chegariam a ingressar no processo tradutivo.

A *implantação* diz respeito aos elementos que não puderam ser traduzidos e constituem os objetos-fonte da pulsão, abertos à representação e ao recalque. Neste caso, há um resto recalado, que pode retornar mediante uma solução de compromisso. Por sua vez, a *intromissão* designa o processo no qual há obstáculos radicais ao trabalho tradutivo, implicando a produção de um curto-circuito no funcionamento do psiquismo pela colocação no seu interior de um elemento radicalmente estrangeiro. É através da *intromissão* do outro que vão se constituir os enclaves, marcas traumáticas que comportam caráter excessivo para o ego.

As mensagens enigmáticas implantadas no psiquismo do bebê possuem, portanto, caráter traumático, mas constitutivo, inaugurando no aparelho o trabalho de tradução que, fracassando ou não, permanecerá presente durante toda a vida subjetiva. O primeiro tempo da implantação/intromissão das mensagens é o tempo do recalçamento primário no qual o inconsciente do outro age sobre o psiquismo do sujeito antes que o ego possa ligar, traduzir, essas mensagens.

Cardoso (2002) supõe a existência de um modo de funcionamento arcaico, um movimento defensivo primitivo diante da intromissão dos significantes enigmáticos. É a partir da primeira transmissão das mensagens enigmáticas que se pode conceber a constituição do aparelho, antes da instalação do recalçamento primário, isso é, antes que o ego possa exercer suas funções de inibição e ligação.

A autora apresenta então a noção de “enclave psicótico” remetendo-se à questão do poder, da violência do encontro com o outro sobre o psiquismo do sujeito. São colocados no interior do psiquismo elementos não metabolizáveis, intraduzíveis, com caráter imperativo. Na implantação há um caráter particular: ao mesmo tempo em que são transmitidas, as mensagens comportam a presença de um certo código, trazendo, em si mesmas, recursos da ligação. Já a formação dos enclaves concerne às mensagens transmitidas que irão permanecer no psiquismo num estado bruto, sem poderem ser simbolizadas, cujo destino tende a ser o da compulsão à repetição, por não terem podido ser representadas nem recalçadas. São aquelas que estariam relacionadas à operação da transmissão do negativo.

Ou seja, a criança se encontra necessariamente numa situação de passividade absoluta diante das mensagens que chegam do outro, pois, no início da vida psíquica, ainda não é possível exercer um trabalho de tradução. O processo tradutivo é o próprio processo de constituição do psiquismo. O adulto sedutor impõe sua sexualidade inconsciente, mas ao mesmo tempo oferece os recursos necessários – igualmente de modo inconsciente – para que se inaugure um trabalho de tradução. No entanto, algumas mensagens não ingressarão nesse processo tradutivo e, neste caso, podem ser consideradas intraduzíveis. Como dissemos, permanecerão no psiquismo como enclaves, elementos clivados ao ego, corpo estranho de caráter radical, não metabolizável e sem possibilidade de recalçamento.

Cardoso (2002) acrescenta que para darmos conta da especificidade das mensagens que permanecem intraduzíveis no psiquismo, é preciso levar em conta a possível presença de um “estrangeiro radical” que habitaria o interior do psiquismo do

próprio outro, marcas traumáticas nele insistentes e que tenderão a ser “intrômetidas” no psiquismo do sujeito. A “intrômissão do outro” estaria ligada à “realidade das mensagens” advindas desse outro. A ideia de transmissão de mensagens “imóveis”, irredutíveis, e dificilmente transformáveis, aponta justamente para a impossibilidade de transformação, de elaboração psíquica naquele que seria o próprio emissor dessas mensagens.

Vimos que Laplanche (1988) considera que as mensagens enigmáticas advindas do outro poderão ser implantadas ou intrômetidas no processo de transmissão. Em um artigo recente, Cardoso (2011) propõe um modelo de compreensão do estatuto dessas mensagens que não estariam abertas, nem ao processo tradutivo nem ao recalçamento. A autora sustenta que quando o ego fica totalmente imóvel frente a uma mensagem transmitida, pode-se supor justamente a ausência de “enigma” que esta mensagem comportaria. Estas mensagens seriam então *ultraclaras*, literais, condição que favoreceria a sua permanência no psiquismo do sujeito como enclaves. Sem possibilidade de tradução, elas não teriam outro destino senão o de ser repetidas imperativamente através das gerações, como meio limite de “dominação”, em função da impossibilidade de “ligação”, de simbolização.

Portanto, as mensagens *ultraclaras* fazem parte de uma herança do outro da qual o ego do sujeito que as recebe, via intrômissão, não conseguiria se apropriar. São parte do que haveria de mais “estrangeiro” no próprio outro e que tenderia, então, a ser transmitido como tal, sem transformação, para as gerações que o sucedem. É precisamente diante desse estrangeiro radical que o ego se reencontra diante de uma experiência de passividade radical, e o apelo ao corpo e ao ato pode surgir como última tentativa de reverter essa situação de passividade em atividade forjada. Aquilo que o sujeito não consegue representar psiquicamente pode vir a ser apresentado através das atuações, através de patologias corporais, de quadros marcados por graves depressões e paralisia das atividades vitais via inação, inúmeras situações-limites, cujo momento de desencadeamento tão frequentemente se dá na adolescência.

Os elementos traumáticos advindos de gerações anteriores tenderão a ser obstáculo no psiquismo daqueles que recebem essa herança “intraduzível”. Esta questão nos parece ter grande peso na adolescência e nos remete de modo crucial à questão da repetição em psicanálise. Ao longo de sua obra, Freud nos fala de diferentes tipos de repetição, mas, como veremos a seguir, esses elementos dos quais estamos nos ocupando e que se repetem em estado bruto, como enclaves de geração em geração,

apontam para uma repetição de caráter radical, tal como Freud postula a partir de 1920 através da postulação da noção de compulsão à repetição.

III.3 – Transmissão e repetição do mesmo

Garcia-Roza (2003) considera que a repetição diferencial é a repetição da transferência, com sentido positivo, podendo se constituir como instrumento de cura, abertura ao novo, à transformação. Na transferência o que se repete são os protótipos infantis, de tal forma que o analista, ao ser capturado nessas repetições, toma lugar da imago materna ou paterna, base da transferência. A repetição é vista por Freud em 1914 como uma modalidade de resistência, mas que, usada pelo analista de melhor forma, dará, de certo modo, a direção da cura.

É somente em 1920, no “Além do Princípio de Prazer” que Freud se dará conta de uma repetição por excelência, e que serve de fundamento para a própria postulação da pulsão de morte. A compulsão à repetição afirma o caráter conservador da pulsão como resistência radical à mudança por ser repetição do mesmo. Através desta modalidade de repetição, de caráter estereotipado, o ego domina o fluxo de um excesso pulsional que não pode ser representado, por uma via supostamente ativa posto que, nessa condição, ele permanece passivo em relação à dominância da pulsão de morte, agindo a partir de seu “comando”. A compulsão à repetição de experiências traumáticas não concerne à regência do princípio de prazer, apontando para a ação, no psiquismo, da pulsão de morte.

A repetição do mesmo nos conduz ao que Knobloch (1998) denomina temporalidade traumática. De acordo com a autora, o tempo do traumático é o tempo presentificado, tempo de um presente absoluto que traz subjacente uma impossibilidade de representação. É como se o trauma se eternizasse num presente infinito e irreversível, referido à memória traumática cujo estatuto é o de uma antimemória, pois não faz passado, não pressupõe uma historicização.

Conforme desenvolvido no artigo acima citado de Cardoso (2011), o vivido traumático veicula mensagens portadoras de verdade e clareza absolutas, mensagens ultraclaras, sem acesso à elaboração psíquica, não sendo passíveis nem de representação, nem de recalque. Como havíamos pontuado, estas mensagens advindas do outro, veiculadas pela via de uma transmissão do negativo, não possuem “enigma” a ser encoberto, constituindo-se como realidade psíquica irrepresentável. Assim, a ideia

de eternização dos processos traumáticos corresponde a um “fora do tempo”, tempo absoluto, de acordo como o que indica Knobloch (1998).

Apresentaremos, a seguir, a análise de dois relatos clínicos que, a nosso ver, ilustram muito bem essa questão relativa à temporalidade traumática no que concerne à travessia da adolescência. Ambos os casos nos interrogam a questão dos elementos intraduzíveis herdados através das gerações e que acabam levando o sujeito a respostas extremas nas quais percebemos, subjacente, uma suspensão do tempo no sentido de um aprisionamento da vida psíquica à presentificação do traumático.

III.3.1 – Carolina: um pacto de resistência intergeracional ao luto

Carolina iniciou sua psicoterapia aos 17 anos na Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ, tendo sido atendida por nós na ocasião de nosso processo de estágio de graduação em Psicologia¹. Sua demanda inicial de tratamento trazia como queixa um sentimento de solidão, de insegurança e rejeição. Tinha muita dificuldade de se relacionar com os colegas na escola, abordando sempre nas sessões a conturbada relação estabelecida com sua única amiga. Acreditamos que essa amizade, única e insubstituível, funcionava para Carolina como uma espécie de duplo, repetição da relação especular narcísica que a auxiliava, ainda que de modo elementar e precário, no processo de interrogação de “quem sou eu”, em seu trabalho de identificação.

A relação com a mãe se caracterizava por notável ambiguidade: ora a mãe a protegia demais, impedindo que saísse de casa sozinha e tomasse suas próprias decisões; ora despejava sobre a filha um discurso que ganhava para a adolescente imensa força: “não a aguentava mais”, “ela não era sua filha”, “nem mesmo desejara ter outro filho na ocasião em que dela engravidou, foi o pai quem insistiu”.

Essas falas da mãe ecoavam em Carolina de forma avassaladora visto que, como temos pontuado, o adolescente precisa realizar o luto pelos pais infantis, mas teme, nesse caso, perdê-los de forma radical e para sempre. Ela me dizia, referindo-se à mãe: “tenho medo de que acabe o pouco de sentimento que ela ainda tem por mim”.

A figura do pai aparecia poucas vezes, o que nos fazia pensar em certa ausência que abria espaço para a dominação dessa presença materna, faltante e excessiva. As raras vezes em que citava o pai se relacionavam ao seu desempenho escolar que era

¹O material aqui apresentado foi inspirado no caso clínico em questão. O relato foi profundamente transformado em função de questões éticas.

ultraexigido pela mãe em brigas violentas, e o pai aparecia como defensor da menina, pedindo que a mãe a deixasse, que aceitasse suas dificuldades. Apesar de sempre se dizer tão exigida pela mãe quanto às notas escolares, era a própria Carolina quem mais se exigia: não aceitava tirar notas baixas em matéria alguma e se dedicava muito aos estudos, tendo chegado a obter bolsa integral em seu ingresso em uma escola particular de referência. A dedicação maciça aos estudos aparecia como uma das maneiras de se livrar dessa fala materna e conseguir seguir seu caminho próprio, sua própria subjetividade.

No decorrer do atendimento surgem dois dados de extrema relevância do caso e para a nossa análise no presente trabalho. Primeiramente, aparece a história de um irmão mais velho, filho do primeiro casamento da mãe, que falecera quando Carolina tinha em torno de oito anos de idade. A história do irmão é repleta de tragédia: havia nascido um bebê “normal” e com poucos meses sofreu queda do carrinho em que estava, tendo ficado com graves sequelas desse acidente, a que ela se referia como um “retardo mental”: “não se locomovia bem, não falava direito, seria para sempre como uma criança”. Sem condições de criar esse filho “doente”, a mãe o mandou para viver com a avó, em sua cidade natal no nordeste do país. A avó cuidava bem do menino, e Carolina e a mãe iam visitá-los nas férias. Certo dia, sozinho em casa, tentando mexer no fogão, o menino sofreu um acidente que resultou em gravíssimas queimaduras, advindo daí seu posterior falecimento.

Antes de morrer, ele chegou a ficar alguns meses em coma, e Carolina se lembrava de ter ficado sozinha com o pai enquanto a mãe passava os últimos dias com o irmão. Durante a ausência da mãe, a menina desenvolveu uma pneumonia grave, além de sofrer muito de saudades da mãe, e de pena do irmão. A partir do relato dessa história começa a aparecer no discurso da mãe uma série de referências a esse irmão morto e a possível culpa de Carolina. Disse a mãe durante uma briga: “se eu não tivesse tido você, poderia ter cuidado melhor dele e ele não estaria morto”. Percebemos aqui como a história da mãe e do irmão invadem a história de Carolina, sufocando-a: ela recebe em bloco os elementos irrepresentáveis, não elaborados, da mãe em função da perda do filho.

O segundo dado importante surge em uma sessão a que Carolina comparece sem hora marcada, chorando muito, pedindo que eu a atenda por alguns minutos. Ela me conta nesse dia que, quando tinha cerca de nove anos, sofreu alguns episódios de abuso sexual. Apesar de nunca deixar claro quem tinha sido o abusador, e se o conhecia ou

não, esse tema passou a aparecer em muitas outras sessões como mais um entrave na travessia da adolescência dessa jovem, principalmente quanto à questão da sexualidade e das mudanças corporais.

Uma semana antes de sua festa de 18 anos, Carolina teve uma crise na qual fez uma “greve de fome”. A mãe me telefonou no final de semana, preocupada com a filha que se recusava a comer, e temia pela sua saúde. Conversei um pouco com Carolina por telefone, acalmei-a e mostrei que compreendia seu sofrimento e estava presente para escutá-la. Esse episódio é muito interessante, pois nos mostra mais uma vez como essa aproximação de uma festa de 18 anos, símbolo da entrada no mundo adulto, assusta essa adolescente e faz com que ela passe ao ato, recue, regrida à oralidade ao recusar o alimento.

Esse caso é muito ilustrativo para tematizar as teorias que propusemos neste trabalho a respeito da adolescência, mas queremos aqui chamar atenção para um ponto em especial: a transmissão psíquica que se dá em relação ao irmão morto. Pra isso, utilizaremos como referência um artigo de René Kaës intitulado “Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência” (Kaës, 2000).

Neste trabalho, o autor propõe que a morte de um irmão vem criar uma situação de repetição para um dos pais, e que essa repetição não transformada vem enquistar-se, ou mesmo se repetir, na psique do irmão ou da irmã sobrevivente. Kaës (2000) supõe então que certo pacto de desconhecimento (ou de resistência) se inclui entre as gerações de tal forma que ninguém seja confrontado com o trabalho de luto. Kaës explica:

A imago do irmão morto aparece como o duplo mortal e mortífero da criança que sobrevive, como uma imagem de seu narcisismo destruidor. É também por meio desse esquema imaginário que o sujeito se constitui e aparelha suas relações intersubjetivas (Kaës, 2000, p. 47).

Através do relato de dois casos clínicos o autor explica como a impossibilidade do luto materno pela morte de um dos irmãos poderá resultar em uma identificação mortífera do irmão sobrevivente com o falecido. O irmão sobrevivente toma o lugar do irmão morto idealizado e, ao fazê-lo, involuntariamente sustenta sua mãe em seu luto impossível. Em relação a essa identificação com o irmão morto, o autor relata a fala de uma paciente: “mas você não vê”, diz ela, “que eu sou dupla, dividida entre o vivo e o morto, o irmão e a irmã, o pai e a mãe?” No caso da nossa paciente, vemos também como em vários aspectos ela toma o lugar heroico, invejado e imortal desse irmão.

Carolina se esquiva do encontro com a sexualidade, e relaciona, muitas vezes, esse comportamento ao episódio do abuso e ao medo de assumir de fato o papel de mulher. No entanto, certa vez comenta acerca do medo que a mãe tem do encontro da menina com a sexualidade, alegando que com o outro filho não teve que passar por isso: “além de ter morrido adolescente, ele nunca teria uma vida sexual ‘normal’ em função da sua doença”, fantasia Carolina. Como pode ela, então, ultrapassar esse irmão morto, idealizado? Ele não foi longe nos estudos, não chegou a ter vida sexual. Parece que o que intriga a paciente é justamente a possibilidade de superar esse irmão “doente”, morto, que não pode nem mais rivalizar com ela.

Vemos aqui também um importante indicativo para a dificuldade de Carolina de “superar” a adolescência, colocá-la em um tempo passado e construir um futuro com um trabalho de subjetivação singular. Durante todos os anos que se seguem na análise, a jovem parece continuar “presa” às problemáticas da adolescência, neste tempo traumático “atual”. Ela acaba inclusive repetindo o ano na escola onde havia conseguido bolsa, voltando para a escola pública e com isso adiando sua saída da vida escolar e entrada na faculdade e no mundo “adulto”. Como é possível terminar a adolescência e superar de vez o irmão morto?

Ainda em relação aos efeitos da morte de um irmão para o adolescente, Kaës (2000) postula também a presença da culpa por ter sobrevivido, explicando que é frequente o questionamento de: “por que ele, por que ela, este outro parecido comigo, e não eu?” No caso de Carolina, há ainda um “a mais” de culpa que se faz presente na fala da mãe de que, caso ela não tivesse existido, o irmão ainda estaria vivo. Como pode então realizar a passagem pela adolescência tendo como herança todos esses elementos irrepresentáveis?

Kaës explica que o destino da morte do irmão está intrincado no trabalho de luto dos pais por seu filho. Quando o luto fica impedido, suspenso – o autor destaca como uma das possibilidades disso quando a morte do outro ocorre em idade muito tenra, como no caso de Carolina – cria-se uma perturbação na relação dos pais com seus filhos sobreviventes.

Concluindo o artigo, Kaës explica que a imagem do irmão morto é também:

a representação do sexo paterno castrado, ou da fecundidade da mãe atingida, esgotada, ferida; ela sustenta a ambivalência ou a clivagem do amor e do ódio do irmão ou da irmã mortos, odiados pela dor causada à mãe, idealizados por estarem fora das vicissitudes da sexualidade e permanecerem a criança maravilhosa (...) A imagem do

irmão morto sustenta no sobrevivente o fantasma da vitória de sua onipotência perante o rival e, conseqüentemente, a culpa que sente em relação a este (Kaës, 2000, p. 57).

Vemos então que a imago do irmão morto remete a uma exigência de reparação, que é sustentada pela própria culpa do sobrevivente. A identificação com esse irmão morto preenche, no psiquismo do sobrevivente, a solidão do desaparecimento desse duplo amado e odiado. Mas como vimos ao longo do trabalho, tudo aquilo que se instala no psiquismo como irrepresentável não estará definitivamente desaparecido, e se fará aparecer quando o traumático se fizer presente.

Concluimos, portanto, a partir da análise do caso de Carolina, que a adolescência como problemática de fronteiras, etapa de revivência de complexos infantis e de luto pelas figuras parentais infantis pela exigência de separação, é um momento singular para o aparecimento do traumático relacionado à transmissão de elementos irrepresentáveis. No caso apresentado, a impossibilidade da mãe de fazer o luto pelo irmão morto impossibilita a ela própria realizar os lutos necessários para a passagem pela adolescência, dificultando também a solidez de seu projeto identificatório. Há nesse caso uma falha no “trabalho do negativo”, e prevalência do modelo da incorporação e da “servidão ao outro” que é percebido na menina através dos sentimentos de desamparo, solidão, insegurança, rejeição.

Acreditamos que esse caso ilustra de maneira significativa a relação da adolescência marcada pelo traumático desestruturante e a impossibilidade de separação do que é herdado através da transmissão transpsíquica, articulação que buscamos estabelecer ao longo de todo o trabalho. O que é herdado do outro, como marcas traumáticas, se constitui para o ego do sujeito como enclave, supondo a impossibilidade de representação e inscrição no psiquismo dos pais e, em certos casos, nas gerações anteriores, e isso sem dúvida poderá estar na base de impasses na adolescência, caracterizando-a como experiência traumática de caráter desestruturante.

III.3.2 – Julien: uma impossível separação da herança do outro

O segundo caso que aqui relatamos é o de Julien: um adolescente de 16 anos, material analisado no texto “*Le temps suspendu*” de Isée Bernateau (2010). A psicanalista o atendeu em um hospital-dia após sua recusa de frequentar a escola, o que ocorreu um ano antes desse momento, desde uma situação que terminará por se transformar em uma fobia generalizada que o impede de sair de casa.

Ao chegar à instituição de atendimento, Julien tem uma atitude muito hostil em relação aos seus pais, recusando-se terminantemente a falar com eles. Sua condição para entrar na instituição era, inclusive, de que não retornasse jamais à casa de seus pais. Durante certo tempo no atendimento, ele não fazia nada e se recusava a participar de qualquer atividade com os psicólogos. Aos poucos, ele começa a falar, mas através de discurso muito ligado à morte: a ideia de morte, pensada por ele como possibilidade de se livrar de todos os absurdos da vida.

Apesar de evitar ao máximo falar de sua complicada história familiar, Julien acaba revelando, em uma sessão, uma história de incesto de grande relevância dentro do universo familiar: Marie, prima muito próxima de Julien, sofrera abuso por parte do avô paterno quando tinha 10 anos. Na adolescência, a menina fez grave tentativa de suicídio, o que a levou à hospitalização e à revelação dessa história a seus pais e, posteriormente, ao resto da família. Julien, então com 13 anos, foi a principal testemunha desta tentativa de suicídio da prima. O jovem relata com detalhes a visão de Marie desmaiada na banheira e de seu tio retirando-o do banheiro de forma abrupta ao se deparar com tal cena. Fica clara a situação de passividade absoluta em que se encontra Julien frente à cena de sua prima que acabara de tentar o suicídio, cena que parece ter ficado congelada em sua memória e ter-se mantido no psiquismo de Julien em um eterno fora-do-tempo.

Sua recusa ao rompimento com o passado, característica do processo adolescente – que instauraria uma ruptura com a infância – toma neste jovem tal amplitude que o leva a desinvestir totalmente no tempo presente e no futuro. Preso em um presente imóvel, a passagem do tempo parece não fazer efeito algum em Julien. Segundo a autora, ele se recusa a se inscrever em uma temporalidade que deveria conduzi-lo a um “segundo nascimento” como adulto e cidadão, potencialmente portador de uma geração futura. Sua saída da escola o tira também de uma temporalidade coletiva – à qual pertencem todos os adolescentes – ao mesmo tempo que o mantém como um eterno adolescente. Ele não tem projeto algum, não caminha em direção a nenhuma novidade e se contrai em uma eterna repetição que é para ele sinônimo de morte de si mesmo e dos outros.

Posteriormente, nas sessões com a referida autora, o jovem falada ideia de seu próprio suicídio como única solução frente a esta tragédia familiar. Com seu absoluto desinvestimento e através de um discurso de que nada valeria à pena, Julien suscita no hospital-dia certa fascinação: seu discurso, indiscutivelmente paradoxal para um adolescente com toda uma vida pela frente, exerce certo poder de sedução sobre todos

os cuidadores. Além desse aspecto, pensamos aqui na força desse tempo suspenso em que o seu percurso parece ter-se fixado, em um tempo de eterno presente. Julien congela assim o tempo e os afetos, o que repercute sobre todos que o cercam, como se para o jovem houvesse uma possibilidade de caminhar contra o tempo, num esforço de suspendê-lo e mudar sua direção.

A suspensão do tempo seria então uma maneira de negar a inevitabilidade da morte através de um fantasma narcísico de eternidade, sustentado por um tempo paradoxalmente dominado pela morte. A obsessão pela morte em Julien – pela fixação na cena da tentativa de suicídio da prima e pelo seu próprio suicídio como único horizonte possível – dá também à morte um poder de restabelecer a megalomania infantil, além de finalizar e congelar a adolescência, pois se morresse adolescente, seria um eterno adolescente. A morte domina o cenário psíquico do jovem, fazendo com o que tempo não passe e nada se transforme.

No caso de Julien, o trauma universal que constitui a adolescência se sobrepõe ao trauma atual da história familiar e acaba provocando esse congelamento do tempo adolescente. A cena sexual do incesto na família atravessa o traumático estruturante da adolescência e leva a um traumático atual, hiper-real que paralisa o tempo em um “suicídio psíquico”, capaz de imobilizar tudo e todos. Mais uma vez vemos aqui a força da “não história” do outro atravessando o psiquismo do sujeito, que não consegue se separar em um plano intersubjetivo dos elementos enclavados da história familiar e acaba não conseguindo escrever sua própria história.

Posteriormente no relato do caso, a autora fala da inserção do jovem em uma oficina de leitura e escrita, através da qual ele começa a elaborar contos. Nas histórias que inventa, Julien começa a abrir possibilidade para o relato de certos elementos irrepresentáveis que o levam a caminhar em direção a alguma transformação e possibilidade de subjetivação. A escrita de Julien o insere em uma nova ideia de tempo: seu fantasma narcísico de assassinar o tempo visando à extinção de todo desejo e à exaltação da morte é aos poucos encarnado nas histórias, dando lugar a um afluxo sexual traumático de caráter estruturante que abre certa possibilidade de ligação.

Estes dois relatos clínicos nos ajudaram a demonstrar os efeitos dos elementos enclavados herdados pelo adolescente que o mantêm em um tempo congelado, “atual” e que impossibilita o processo de separação tão fundamental nesta etapa. As respostas defensivas a esses impasses, muitas vezes implicando o apelo ao registro do ato e do corpo, desencadeadas, muitas vezes, na adolescência, nos levaram a aprofundar essa

impossibilidade de elaboração e transformação da herança que vem do outro. Desejamos demonstrar a força dos elementos herdados através da transmissão do negativo, impeditivos do trabalho de separação, fundamental na adolescência. Ou seja, a questão da transmissão psíquica e a da separação estão, em nosso entender, profundamente entrecruzadas.

III.4 – Tempo do “atual”: uma adolescência atravessada pela herança do outro

Na adolescência a dimensão do tempo possui especial relevo. É um tempo de desorganização em relação à infância, tempo de separação, cujo desfecho possibilitará a inclusão do sujeito no curso da história e na linha do tempo familiar. Mas muitas vezes não é possível que o sujeito metabolize essa passagem do tempo, que elabore essa passagem inerentemente traumática e, neste caso, ele tenderá a ficar preso em um tempo congelado, tempo que não passa, ficando cristalizado na temporalidade do “atual”, no sentido de uma presentificação, própria à compulsão à repetição: não há, aqui, passado nem futuro, somente um presente infinito e sofrido.

Mas, a propósito da adolescência, é preciso que diferenciemos a ideia de tempo congelado da de tempo suspenso. Segundo Feder (2001), em certos períodos da vida que se caracterizam por uma grande crise, pode ser necessária uma suspensão provisória do tempo. Isso constitui passagem obrigatória para a sobrevivência psíquica. Essa abolição provisória do tempo constitui uma espécie de parêntese, no qual o tempo reduzido ao instante presente e ao desejo e à satisfação, é central.

Sob a égide do princípio de prazer, o sujeito procura manter o prazer narcísico e o fantasma onipotente que asseguraria o prazer eterno da infância. A suspensão do tempo segue aí lutando contra o choque identitário da adolescência na busca de se manter o sentimento de continuidade narcísica. Segundo o referido autor: “Podemos ver essa fantasia de suspensão temporal como forma de tensão da fantasia de eternidade, visando a garantir o equilíbrio narcísico em uma luta contra a falta e a perda do objeto” (Feder, 2001, pag.797. A tradução é nossa).

A suspensão do tempo na adolescência serve à manutenção da homeostase narcísica. Mas, como acrescenta ainda o autor, o adolescente precisará se equilibrar nesse tempo suspenso como sobre um fio superfrágil: terá que possuir verdadeiro

talento de equilibrista para garantir um mínimo de intrincação entre a autoconservação e o sexual, entre o princípio de prazer e o princípio de realidade.

Quando a elaboração do que é herdado através das gerações não é viável, a temporalidade psíquica se torna estagnada, o que nos fala de um processo de separação do outro impossível. Trata-se assim de conceber a experiência de separação em uma acepção mais ampla, envolvendo não apenas uma dimensão intersubjetiva, mas essencialmente intrapsíquica. O tempo do traumático é imóvel e cristaliza também os afetos, as relações objetais e os investimentos. O sujeito se situa, assim, em um “fora-do-tempo”, o qual, de acordo com Bernateau (2010), se aproxima radicalmente da morte. “Em um mundo inteiramente regido pela morte, não há história. Ninguém nasce, ninguém cresce, ninguém se transforma. A glaciação do tempo visa à supressão de todo desejo e à afirmação da morte como todopoderosa” (Bernateau, 2010, p. 74. A tradução é nossa).

A passagem do tempo, inerente e de grande significância na experiência subjetiva da adolescência, pode ser sentida como ameaça: aceitar que o tempo passa é aceitar que qualquer coisa pode acontecer, é submeter-se ao imprevisto, à temporalidade que nos ultrapassa. A passividade diante do fluxo do tempo pode ser insuportável para aqueles cuja adolescência se encontra imersa e dominada pelo vivido traumático do outro, das gerações que os antecedem, sem condições egoicas de fazer frente às rupturas que lhes são próprias.

Sobre este ponto, Cardoso (2011) traz importante contribuição. Ao abordar a genealogia das neuroses traumáticas em Freud tendo como base as neuroses de angústia, ela atenta para a dimensão de eterno “atual” que pode invadir a vida subjetiva, e cuja figura maior seria a compulsão à repetição. Esta diz respeito a uma presentificação permanente e que se exerce pela repetição imperativa da agonia (susto), do desespero, do desamparo.

“A violência do traumático concerne à impossibilidade de historicização; por conta disso, a resposta egoica dá-se pela via do ato, resposta fixada, portanto, no registro do “atual” posto que repetidamente presentificada” (Cardoso, 2011, p.75). O sujeito permaneceria fixado no registro do atual, em um presente que não se faz passado.

No referido texto, é trabalhada igualmente a noção de *après-coup*, essencial para a compreensão das situações clínicas onde há esse imperativo do traumático. O ingresso

da lógica relativa ao *après-coup* funcionaria como via de reinterpretação do passado, permitindo a metabolização de um traumático que ficou enclavado no psiquismo.

No nosso entender, a adolescência é potencialmente traumática, mas também constitui um tempo privilegiado para a entrada em ação do *après-coup*. Ela pode funcionar como um *a posteriori* dos vividos traumáticos infantis, abrindo, então, espaço para um processo de historicização. Este demandará sempre um trabalho árduo, pela exigência de suspensão “provisória” do tempo, mas que no final poderá desembocar numa saída criativa, como abertura para a consolidação de um efetivo processo de subjetivação, implicando, portanto, um tempo que se deixa passar e que vem se projetar num futuro.

No entanto, nem sempre se dá a entrada dessa lógica própria ao *après-coup* e, como vimos, o sujeito pode ficar preso em um tempo petrificado, no qual só parece haver espaço para o “atual” do trauma, favorecendo respostas egoicas presentificadas e imediatistas. Não houve aqui a possibilidade de inscrição no passado nem de projeção no futuro.

Nathalie de Kernier (2009) explora a questão da temporalidade na adolescência e de seus impasses através da retomada do mito edipiano de Sófocles, pontuando a relação existente entre transmissão do negativo, tempo congelado e condenação a certo destino. No campo da adolescência, a questão da temporalidade ocuparia, também segundo ela, o primeiro plano: quando o ego do sujeito adolescente não consegue se apropriar do que é herdado, sua vivência subjetiva é a de um mundo “incontrolável”, podendo apelar para um “estancamento” do tempo como forma extrema de defesa contra o desespero.

Lembra-nos a autora que o advento da sexualidade na adolescência transtorna inelutavelmente as marcas temporais. O sujeito muitas vezes experimenta essa novidade como uma introdução forçada, como esmagamento da lacuna temporal e estrutural que separa a sexualidade adulta da infantil. Visto o impacto traumático das novas exigências pubertárias, a tópica psíquica pode se desorganizar, impedindo a elaboração do Édipo, revisitado, como se sabe, na adolescência. Essa desorganização teria como consequência o apagamento da diferença geracional.

Inspirando-se no mito de Sófocles, lembra a autora que Édipo estaria ciente do peso da maldição que cairia sobre seus filhos, especialmente as meninas, condenadas a não se casar e não ter filhos. Elas carregariam o fardo de seu pai ter assassinado seu próprio pai: é essa história vergonhosa que elas teriam herdado.

Édipo se aproxima muito de suas filhas, Antígona e Ismênia, que o ajudam a superar sua cegueira, atuando, desse modo, como verdadeiras muletas. Elas assumem a função de sustentação do pai, função, na verdade, parental. O destino de Antígona, filha-irmã de Édipo será o suicídio. E este ato funciona como resposta à diluição da diferença geracional. A passagem ao ato suicida traduz, neste caso, a captura do sujeito em um tempo parado dando fim ao que não pôde ser concluído, elaborado. Coloca em evidência a fragilidade da filha adolescente e notadamente a sua dificuldade em se situar em sua própria geração, distinta daquela de seu pai.

Kernier (2009) pontua ainda que, para poder se identificar de maneira estruturante aos objetos parentais, o sujeito deve achar seu lugar no desejo dos próprios pais. Destas identificações resultará o acesso à temporalidade psíquica através da qual se abre a possibilidade de “fazer geração” e, assim, a de dar vida a uma nova geração.

As bases identificatórias são profundamente ligadas à qualidade dos laços que se pôde fazer com os objetos primordiais. Nesse sentido, o sujeito é também, desde os primórdios da vida psíquica, um “intersujeito” (Kaës, 2001).

O narcisismo da criança se apoia sobre aquilo que falta na realização dos desejos parentais. “Sua majestade o bebê” consolida o narcisismo parental sobre a geração que o precede. Mas, para que o processo de transmissão seja estruturante e atue como barreira à onipotência do ego, é preciso que seja dado um lugar à criança e que dele esta possa se apropriar por “inteiro”. Reconhecer a criança como separada de si exige por parte dos pais um processo ativo de elaboração de seu narcisismo. Caso contrário, ela poderá permanecer capturada na intrusão dos ideais narcísicos parentais.

Nathalie de Kernier (2009) levanta a seguinte questão: como apreender o paradoxo da transmissão, que implica, ao mesmo tempo, *a necessidade de se apropriar e de se separar do outro*? Para elaborar a questão, retoma a noção de trabalho de ligação tematizada por Marty (2002), que diz respeito à manutenção da relação com os objetos parentais apesar do corte exigido pela entrada na puberdade e do imperativo de separação que deve ser estabelecida com os objetos infantis. Quando o trabalho do laço não tem lugar, quando não se é capaz de manter a capacidade de investimento nos objetos apesar da necessidade de deles promover um desinvestimento, tendo o sentimento de descontinuidade se revelado intolerável, o sujeito não pode pensar sua filiação, fazer fluir sua própria temporalidade com a devida interiorização da diferença geracional.

O projeto identificatório e de separação dos objetos parentais pressupõe um trabalho de historicização, essencial na adolescência. Caberá ao sujeito retomar sua história passada e se inscrever no tempo geracional para projetar seu futuro. Analisando as patologias marcadas em sua base por uma dimensão traumática, de caráter desestruturante, Marty (2005) propõe três figuras relativas à questão da temporalidade psíquica na adolescência: o imutável, o irreversível e o interminável. O *imutável* diz respeito às situações clínicas na quais os sujeitos tendem a permanecer em um “fora do tempo”, em um “não tempo”, que ele trata em termos de negativo. Neste caso, é suposto que a puberdade teria assolado o sujeito, mas é como se ela não tivesse ressonâncias psíquicas. A tendência aqui será a de se manter num eterno presente que se repete indefinidamente.

A segunda figura dessa relação patológica com a temporalidade psíquica é a do *interminável*. O autor se pergunta sobre o que ocorreria com as adolescências sem fim, aquelas que não podem terminar. A adolescência *interminável* seria aquela em que não se conseguiria promover uma abertura subjetiva para um tempo de interpretação e reinterpretção do passado. Esta afirmação vem de encontro ao que temos proposto em nossa articulação entre os limites do processo de separação na adolescência e a insistência, via transmissão geracional, das marcas traumáticas herdadas do outro, transmissão, portanto, do negativo.

A última figura da temporalidade que o autor menciona é o *irreversível*. Estaríamos aqui diante de um retorno impossível ao passado, ao tempo da infância. O corpo púbere é imposto ao sujeito assim como a passagem do tempo – ambos seriam inevitáveis – mas não havendo trabalho psíquico sobre esses vividos, a tendência seria a de se manter ligado ao tempo onipotente da infância.

O trabalho de separação na adolescência nos mostra a relevância do conflito que nela tem lugar entre as dimensões de dependência e de autonomia. Diante da revivência de uma situação de passividade pulsional, o sujeito pode recorrer ao ato como tentativa de inversão do eixo passivo-ativo, e de escapar do excesso pulsional que invade o ego. Mas, segundo Cardoso (2011) há também os casos onde o adolescente reage a esta angústia maciça de passividade se retraindo, limitando de forma significativa o seu espaço relacional com os objetos do mundo exterior. Nos casos relatados por nós, pudemos vislumbrar a presença dessas respostas defensivas elementares.

Em ambos os casos, há uma recusa ao trabalho adolescente – trabalho de luto e separação – e de relação com a diferença, com a novidade. Nenhum dos dois consegue

superar a própria condição de adolescente, e se mantém em um tempo imóvel, que não abre espaço para a novidade.

O recurso ao ato, como no caso de Carolina, representa uma busca de inversão da posição passiva em atividade: reversão da passividade em seu oposto. Sabe-se que a transformação no contrário é um dos possíveis destinos da pulsão; aliás, um de seus destinos básicos. As atuações denotam tentativa extrema de domínio do excesso, quando, exatamente por seu caráter excedente, é impossível dominar a força pulsional por meio do trabalho de simbolização, de representação. Cardoso (2002) descreve o mecanismo da passagem ao ato como resposta, por primária ou elementar que seja, à invasão de um pulsional desligado no ego. Nesse caso, a passagem ao ato é como uma resposta a algo advindo do outro que permanece sendo “um outro” radical em si, do qual não foi possível se apropriar. O adolescente que herda marcas que não consegue assimilar e transformar em suas, não se vê livre da presença dessas marcas, porque apesar de não serem representadas, elas acabam sendo atuadas nas passagens ao ato.

Na recusa radical ao ato, como é o caso de Julien, há uma busca, ainda que de maneira paradoxal, de evitar a ameaça de invasão de um outro interno. Cardoso (2011) considera que na recusa ao ato e na inação na adolescência há também o apelo a mecanismos de defesa elementares, “numa resistência radical contra se tornar adulto, contra romper com a dimensão de latência própria à adolescência – estado ‘fronteiriço’ entre a vida infantil e a vida adulta” (pag. 29).

No prolongamento da adolescência, o sujeito recusa reconhecer a passagem do tempo e resiste à separação pela significativa paralisação da sua capacidade e possibilidade de agir no mundo. Quando a adolescência é invadida pela história do outro, o ego do sujeito permanece atrelado ao “atual” da compulsão à repetição, repetição de um mesmo destino do qual não consegue se separar. Green (2000) chama atenção para o fato de que a compulsão à repetição revela uma vocação psíquica na qual o destino é o *antitempo*, implicando certos elementos da vida psíquica que permanecem sem ligação, que permanecem com o destino de se repetir imperativamente de forma idêntica. Poderíamos pensar aqui em uma neurose de destino, tal como enuncia Freud, mas no sentido do destino do outro do qual o sujeito não consegue se desvencilhar?

Como realizar o trabalho de separação na adolescência estando o psiquismo submetido e aprisionado a enclaves herdados via transmissão de uma “não história” advinda do outro? Neste caso, não seria possível se consolidar a apropriação identificatória, cujo ponto de culminância seria a travessia da adolescência.

Parodiando Freud, deixemo-nos inspirar pela célebre e iluminada frase de Goethe, concluindo com o que pensamos ser a condição para a construção de uma história, de um destino singular, capaz de ultrapassar a temporalidade do “atual”: “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Goethe, citado por Freud, 1913-1914/1996, p.160).

Considerações Finais

Instigados pelos impasses no processo de separação na adolescência, buscamos investigar, no presente trabalho, o papel da transmissão psíquica geracional nesses impasses, tendo em vista aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos. Ao longo da nossa argumentação, mostramos como os elementos traumáticos para as gerações anteriores podem se tornar obstáculo para a realização do trabalho psíquico naqueles que recebem essa herança, principalmente levando em conta a questão da transmissão psíquica no contexto da adolescência, experiência subjetiva que comporta grandes rupturas, transformações; além da revivência de complexos infantis inconscientes. Sabíamos, desde o início, que os caminhos e respostas às questões por nós levantadas eram múltiplos e complexos, por isso não tivemos jamais a pretensão de esgotá-los.

Em nosso percurso teórico, realizamos inicialmente uma análise da questão da adolescência buscando entender a violência psíquica que lhe é própria, apoiando-nos na importância que aí reside da dimensão de alteridade. Mostramos que o reconhecimento do outro fundamenta os próprios sistemas de reciprocidade, e que este reconhecimento comporta necessariamente elementos problemáticos. Além disso, a dimensão de diferença situa-se também no plano intrapsíquico, já que o sujeito é necessariamente dividido. Vimos então que estes dois níveis de alteridade, relativos ao “outro externo” e ao “outro interno”, são essenciais para o entendimento da violência *na e da* adolescência.

A adolescência, além de constituir uma “situação fronteira” entre a infância e a idade adulta, é marcada pela questão dos limites internos e externos envolvendo o eixo narcísico e o alteritário. Neste sentido, a defendemos como uma problemática de fronteiras levando em conta, no desenvolvimento dessa ideia, a relevância da relação *entre o eu e o outro*. No plano intersubjetivo, o jovem ingressa na luta entre depender do objeto e buscar sua autonomia; por isso o sentimento de depender do outro pode ser intolerável. Assim como nas angústias básicas dos estados-limites, o sujeito se vê aqui ameaçado ora pela invasão ora pela perda do objeto.

Buscamos entender o que se passa, do ponto de vista psíquico, com o sujeito adolescente frente às mudanças radicais impostas pelo corpo púbere. O *arrombamento pubertário* coloca em xeque o sentimento de continuidade de si na adolescência, questão que exploramos tendo em vista a importância da constituição narcísica. Vimos

que os primeiros investimentos maternos são essenciais para a consolidação egoica e para a definição dos limites entre o eu e o outro.

Analisamos também as ressonâncias da violenta repetição do Édipo na adolescência, posto que o sujeito passa a dispor de um corpo adulto, apto ao encontro sexual. É preciso abandonar definitivamente os primeiros objetos de investimento em busca de novos objetos e de uma identidade própria.

Partimos então para o estudo do processo de separação como constitutivo da subjetividade humana, mas com foco em sua fundamental relevância na adolescência. Esta põe em jogo uma série de elementos traumáticos ao mesmo tempo que é o momento “chave” no processo de separação: é preciso se separar para que haja abertura para novas representações, para a estruturação da identidade e o investimento em novos objetos de desejo.

O processo de separação, como destacamos ao longo do trabalho, se relaciona intimamente com o trabalho de luto. Mostramos que, conforme sublinha Guillaumin, o adolescente deve elaborar um luto “na presença do objeto” (1999, p. 99. A tradução é nossa), trabalho que permitirá a separação, e colocará à prova a constância do objeto. Afirmamos então a grande afinidade da adolescência com o tema da morte em razão do processo de separação que ambas envolvem. A entrada na puberdade exige a realização de um trabalho de luto difícil e, em certos casos, impossível de realizar. O adolescente deverá “matar” violentamente o tempo “maravilhoso” da infância e a separação dos primeiros objetos de investimento é sentida como uma ameaça de perda ao mesmo tempo de si mesmo e do outro.

O trabalho de luto nos levou às contribuições de Green (1986/1995 [1993]) com sua noção de trabalho do negativo. Essa noção diz respeito ao “apagamento” do objeto primário no espaço psíquico que possibilita a emergência de vários objetos substitutivos. O objeto deve se deixar apagar e continuar existindo no psiquismo. Quando isso não ocorre e o objeto não se apresenta como falível e insatisfatório, segue-se o fracasso do trabalho do negativo, que prejudica o processo de simbolização. Há assim um domínio interno da violência pulsional e uma precariedade na constituição dos limites psíquicos e das fronteiras entre eu e não-eu.

Indagados pela questão das fronteiras e da separação na adolescência, chegamos ao nosso segundo eixo de pesquisa, que se debruçou sobre a transmissão psíquica geracional. Vimos primeiramente a importância do registro transgeracional na problemática da adolescência. De um ponto de vista intersubjetivo, a adolescência abre

a perspectiva da criação de uma história singular. A história do sujeito não implica a pura recordação do passado, mas, sim a invenção de novos sentidos próprios a ele e que afetarão e modificarão a história familiar. É justamente a mescla desta dupla vertente desse processo de historicização que permitirá a emergência da “nova” subjetividade do adolescente. Destacamos as contribuições de Piera Aulagnier (1991), de que é demandado ao jovem um trabalho psíquico de colocar em memória e em história o tempo passado infantil, condição básica para que possa “construir para si mesmo um passado” (Aulagnier, 1991, p. 442. A tradução é nossa).

Aprofundando-nos no campo da transmissão psíquica de um ponto de vista intrapsíquico, analisamos inicialmente como Freud aborda essa temática ao longo de toda sua obra, dando ênfase prioritariamente para os aspectos ditos “positivos” do processo de transmissão. Somente a partir de “Moisés e o Monoteísmo” (1939), Freud passa a investigar a dimensão de “negativo” da transmissão psíquica, o papel dos elementos traumáticos envolvidos na herança advinda do outro. Afirmo Freud (1939) que os efeitos traumáticos daquilo que veio a ser ocultado da esfera egoica permanecerão como “corpo estranho” radical no psiquismo das próximas gerações.

Aprofundamo-nos assim nessa linha através dos estudos de autores como Abraham, Torok e Kaës a respeito da cripta, do fantasma, do não dito inominável, elementos que nos remeteram ao campo do “irrepresentável”. Destacamos a ideia de negatividade radical no processo de transmissão psíquica, demonstrando que esta se daria não somente a partir do que falha e falta, mas principalmente a partir do que não adveio no psiquismo como representação, portanto, como ausência de inscrição.

Analisamos os mecanismos de introjeção e incorporação, mostrando que a noção de incorporação implica a ideia de que a introjeção tenha se revelado impraticável, isto é, quando o objeto idealizado se mostra incapaz de cumprir a função de mediação necessária para que suas qualidades sejam metabolizadas pelo ego. A incorporação mantém o objeto instalado no psiquismo enquanto tal e constitui uma defesa, uma resistência ao trabalho de luto e às mudanças que neste estariam implicadas.

Em continuidade ao que viemos estudando, nosso terceiro eixo se ancorou sobre a seguinte questão: de que modo a questão da transmissão do negativo poderia iluminar o entendimento dos impasses da adolescência? Buscamos sustentar que a apropriação da “herança do outro” se revela especialmente problemática quando os elementos transmitidos encontram-se no próprio outro com o estatuto de intraduzível e/ou irrepresentável.

A busca pelo aprofundamento nos impasses no processo de separação na adolescência nos levou a investigar a natureza das mensagens transmitidas como material “intraduzível” através de gerações, e que viriam constituir enclaves no psiquismo do receptor. Trouxemos a categoria de “mensagens enigmáticas” de Laplanche (1988), mensagens que são implantadas no psiquismo do bebê e possuem caráter traumático, porém constitutivo, inaugurando no aparelho o trabalho de tradução que, fracassando ou não, permanece presente durante toda a vida subjetiva. Acrescentamos então as contribuições de Cardoso (2002) a respeito da especificidade das mensagens que permanecem intraduzíveis no psiquismo: levamos em conta a possível presença de um “estrangeiro radical” que habitaria o interior do psiquismo do próprio outro, marcas traumáticas nele insistentes e que tendem a ser “intrometidas” no psiquismo do sujeito. A “intromissão do outro” estaria ligada à “realidade das mensagens” advindas desse outro, o que nos levou a acatar a categoria de mensagens *ultraclaras* sugerida pela autora. Estas mensagens seriam literais, desprovidas de enigma e possibilidade de tradução, tendo como destino a repetição imperativa através das gerações.

A idéia de eternização dos processos traumáticos nos levou à questão da temporalidade psíquica, localizando estas mensagens da transmissão do negativo em um “fora do tempo”, tempo absoluto. Apresentamos então a análise de dois relatos clínicos que, a nosso ver, ilustraram muito bem essa questão relativa à temporalidade traumática no que concerne à travessia da adolescência. Ambos os casos – Carolina e Julien – nos fizeram interrogar acerca dos elementos intraduzíveis herdados através das gerações e que acabam levando o ego a respostas defensivas extremas nas quais percebemos, subjacente, uma suspensão do tempo no sentido de um aprisionamento da vida psíquica à presentificação do traumático.

Os casos apresentados nos fizeram refletir sobre as adolescências marcadas pela transmissão do negativo, na qual ocorreria como resposta a “glaciação” do tempo psíquico. A passividade diante do fluxo do tempo pode ser insuportável para aqueles cuja adolescência se encontra imersa e dominada pelo vivido traumático do outro, das gerações que os antecedem, sem condições egoicas de fazer frente às rupturas que lhes são próprias.

Destacamos o prolongamento da adolescência como uma possibilidade de resposta frente ao traumático herdado através das gerações. Nestes casos, o sujeito recusa reconhecer a passagem do tempo e resiste à separação pela significativa

paralisação da sua capacidade e possibilidade de agir no mundo. No plano interno, intrapsíquico, quando o psiquismo é invadido pela história do outro, o ego permanece atrelado ao “atual” da compulsão à repetição, repetição de um mesmo destino do qual não consegue se separar.

Concluimos então que o trabalho de separação na adolescência encontra-se profundamente prejudicado quando o psiquismo do jovem é depositário de uma herança do negativo, de uma “não história” que ele recebe em bloco e que o imobiliza totalmente. O próprio trabalho identificatório e a travessia da adolescência ficariam então “congelados”, sem conseguir fazer frente a esta “herança maldita”.

Após nosso percurso de estudo nesta dissertação, entendemos que o terreno da transmissão psíquica geracional na adolescência, considerando-se o seu estreito entrecruzamento com a problemática da separação, é um grande desafio por ser complexo e ainda não muito trilhado no campo psicanalítico. Buscamos em nossa pesquisa demonstrar a extrema relevância e riqueza dessas temáticas, principalmente quando tratamos do irrepresentável, do indizível e dos impasses da adolescência. Pensar na interface da transmissão de elementos irrepresentáveis com a adolescência marcada pelo traumático desestruturante e pela impossibilidade de separação, pode nos servir como contribuição para pensar o próprio manejo clínico dessas adolescências. Sabemos que no terreno do irrepresentável, a clínica psicanalítica deve ser capaz de ampliar sua escuta e atuar de forma singular. A relação terapêutica com esses pacientes é, portanto, árida, ao mesmo tempo que fascinante. Além disso, a clínica nos mostra que as respostas dadas frente a este traumático herdado são as mais variadas possíveis, e isso é algo que muito nos instiga. Deixaremos então estas questões em aberto, como um caminho de pesquisa ainda a ser trilhado.

Referências

- ABRAHAM, N. & TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
- ANDRÉ, J. O objeto único. *Cadernos de psicanálise. SPCRJ*. Rio de Janeiro, vol. 15, nº 18, p. 67-85, 1999.
- AULAGNIER, P. Construir(se) un pasado. In: *Adolescencia. Revista APdeBA*, 13(3), p. 441- 468, 1991.
- BARANES, J. J. “Transgénérationnel et adolescence”. *Groupal*, n. 11, p. 96-110, 2002.
- BERNATEAU, I. *L’adolescent et la séparation*. Presses Universitaires de France: Paris, 2010.
- BERNATEAU, I. Le temps suspendu. In: André, J., Dreyfus-Asséo, Hatog, F. (Org.) *Les récits du temps*, Paris, Presses Universitaires de France, 2010.
- BLOS, P. *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CARDOSO, M. R. Adolescência e violência: uma questão de “fronteiras”? In: _____ (Org.) *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001, p. 41-53.
- CARDOSO, M. R. “Violência domínio e transgressão”. *Revista Psychê*, São Paulo, ano VI, n. 10, p. 161-171, 2002.
- CARDOSO, M.R. (Org.) *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2006.
- CARDOSO, M. R. “Transgressão pulsional e geracional: a perpetuação da adolescência”. In: _____ & MARTY, F. (Orgs.) *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 69-80.
- CARDOSO, M.R. A impossível “perda” do outro nos estados limites In: CARDOSO, M. R. & GARCIA, C. A. (Orgs.) *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Juruá, 2010, p.77-90.
- CARDOSO, M.R. “Recusa ao ato na adolescência: uma ‘reação subjetiva negativa?’ *Ágora*. Rio de Janeiro, V. XIV, p. 21-33, 2011.

- CARDOSO, M.R. & VILLA, F. C. A questão das fronteiras nos estados-limite In: CARDOSO, M. R. (Org.) *Limites*. S. Paulo: Escuta, 2004, p. 9-70.
- CHABERT, C. Perdre, abandonner, se trouver. In: C. Chabert (sous la direction de) *Les séparations: victoires et catastrophes*. Éditions Erès, 2013, p. 13-32.
- CORREA, O. B. R. “Ecloração dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica”. In: _____ (Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000a, p. 61-72.
- CORREA, O. B. R. “Colóquio em homenagem a Nicolas Abraham e Maria Torok”. In: _____ (Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000b, p. 9-16.
- COSTA, J. F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (Coord.) *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1998.
- EMMANUELLI, M. A clínica da adolescência. In: CARDOSO, M. R. & MARTY, F. (Orgs.) *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p.17-38.
- ERIKSON, E. *Identidade: Juventude e crise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FEDER, F. Une figure du temps à l’adolescence: le temps suspend. *Revue française de psychanalyse*, vol. 65, p. 795-805, 2001.
- FÉDIDA, P. *L’absence*. Paris, Gallimard, 1978.
- FERNANDES, M. H. Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista. *Percurso*, n. 29, p. 51-64, 2002.
- FIGUEIREDO, L.C. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____ *Fragmento da análise de um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 117-231. (Artigo original publicado em 1905).
- FREUD, S. “Totem e tabu”. In: _____ *Totem e tabu e outros trabalhos. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 13)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.13-168 (Texto original publicado em 1913-1914).

FREUD, S. “Sobre o narcisismo: uma introdução”. In: _____ *História do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 77-110 (Artigo original publicado em 1914).

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. In: _____ *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 129-162. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14). (Artigo original publicado em 1915).

FREUD, S. Luto e melancolia. In: _____ *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 271-294. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14). (Artigo original escrito em 1915 e publicado em 1917).

FREUD, S. “O estranho”. In: _____ *História de uma neurose infantil e outros trabalhos*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 17). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 237-276. (Trabalho original publicado em 1919).

FREUD, S. “Além do Princípio de Prazer”. In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVIII. (Trabalho original publicado em 1920).

FREUD, S. O Ego e o Id. In: _____ *O Ego e o Id e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 191-199 (Trabalho original publicado em 1923).

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo. In: _____ *O Ego e o Id e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 191-199 (Trabalho original publicado em 1924).

FREUD, S. Construções em análise. In: _____ *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 23, 1996, p. 271-288). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1937).

FREUD, S. “Moisés e o monoteísmo: três ensaios.” In: _____ *Moisés e o*

monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 15-152 (Trabalho original publicado em 1939).

GARCIA-ROZA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GARCIA, C. A. Os estados limites e o trabalho do negativo: uma contribuição de A. Green para a clínica contemporânea. In: *Entre o eu e o outro espaços fronteiriços.* CARDOSO, M. R. e GARCIA, C. A. . Curitiba: Juruá Editora, 2010, p. 77-90.

GRANJON, E. “A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar analítica”. In: CORREA, O.B.R. (Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional.* São Paulo: Escuta, 2000, p.17-43.

GRASSI, A. “La investigación histórica familiar” In: GRASSI, A. & CÓRDOVA, N. C. *Entre niños, adolescentes y funciones parentales.* Buenos Aires: Editorial Entreideas, 2010, p. 67-74.

GREEN, A. “El trabajo de lo negativo”. In: _____ *El trabajo de lo negativo.* Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986/1995 [1993], p. 371-378.

GREEN, A. “Passivité-passivation: jouissance et détresse”. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 5, tomo LXIII, p. 1587-1600, 1999.

GUILLAUMIN, J. “L’adolescence et la séparation: La position amoureuse comme défense contre la dépression par mise en réserve des deuils ineffectués et ses échecs suicidaires.” In: Gutton, P. et Aubray, M. *Affliction*, Editions GREUPP “Adolescence”, 1999, p. 99-112.

GUTTON P. *Le pubertaire.* Paris: PUF, 1991.

INGLEZ-MAZZARELLA, T. *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações.* São Paulo: Escuta, 2006.

KAËS, R. “Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência”. In: CORREA, O. B. R. (Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional.* São Paulo: Escuta, 2000, p. 45-60.

KAËS, R. et al. *Transmissão da vida psíquica entre gerações.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

- KERNIER, N. *Le geste suicidaire a l'adolescence: tuer l'infans? Du trauma pubertaire aux réaménagements identificatoires*. Université Paris Descartes. Institut de Psychologie. Centre Henri Piéron. Laboratoire de Psychologie Clinique et de Psychopathologie. Thèse pour l'obtention du grade de docteur. Sous la direction du Professeur François Marty, 2009.
- KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- Knobloch, F. O tempo do traumático. São Paulo: EDUC, 1998.
- LAGACHE, D. "Le travail du deuil." *Revue Française de Psychanalyse*, 1938.
- LANDA, F. *Ensaio sobre a criação teórica da psicanálise*. São Paulo: Unesp, 1999.
- LAPLANCHE, J. Teoria da sedução generalizada e outros ensaios. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1967) *Vocabulário da psicanálise*. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MARTY, F. et al. *Transactions narcissiques à l'adolescence*. Paris: Dunod, 2002.
- MARTY, F. Initiation à la temporalité psychique. Que serait la temporalité psychique sans l'adolescence. *Psychologie clinique et projective*, volume 11, pp.231-256, 2005.
- MARTY, F. "Adolescência, violência e sociedade". *Ágora*, UFRJ-IP - Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 119-131, 2006.
- PALMEIRA, C. G., VELOSO FILHO, C. L. & CARDOSO, M. R. "A violenta repetição do Édipo na adolescência: o caso de uma jovem homossexual". In: Cardoso, M. R. C. (Org.) *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2002/2006, p. 59-70.
- PUGET, J. "Historización en la adolescencia". *Cuadernos de A.P. de B.A.* No 1. Buenos Aires, 1997.
- ROUSSILLON, R. Paradojas y situaciones fronterizas del psicoanálisis. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- ROUSSILLON, R. "La dépendance primitive et l'homosexualité primaire <<en double>>". In: _____ & GOLSE, B. *La Naissance de l'objet*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p.31-64.

ROUSSILLON, R. “Survivre au sexuel?”. In : ANDRÉ, J. & CHABERT, C. (Orgs.) *La psychanalyse de l'adolescent existe-t-elle?*. Paris: PUF, 2010.

ROUSSILLON, R. “La mort et l'intégration: vers une psychopathologie du “Pot au noir”.” In: MORHAIN, Y. (et coll.) *L'adolescence et la mort*. Paris, Éditions In Press, 2011, p. 61-76.

SAVIETTO, B. *Adolescência: ato e atualidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Instituto de Psicologia. UFRJ, 2006.

WINNICOTT, D. “Desenvolvimento emocional primitivo”. In: _____ *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 218-232. (Trabalho original publicado em 1945).

WINNICOTT, D. A preocupação materna primária. In: _____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Trabalho original publicado em 1956).

WINNICOTT, D. O uso de um objeto. In: _____ *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Trabalho original publicado em 1958).